



MUNICÍPIO DE TONDELA

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2023**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro

Maria Helena de Campos Coimbra

Felisberto Henriques Figueiredo Marques

Rui Alberto Nunes dos Santos

Andreia Sofia Neves de Sousa

Alfredo de Jesus Cabral

Sérgio de Sousa Rodrigues

Marta Franco Coimbra Marques

Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte

Amândio José Ferreira Loureiro

Márcio Rafael Rodrigues dos Santos

José António Coimbra de Matos

Carlos Manuel Antunes Amaral

Maria da Conceição Ribeiro Gomes

Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão

Ana Rita Marques Viegas Rosa

Maria Cristina Marques Ferreira Simões

António de Almeida Dias

Martinho de Loureiro Rodrigues

Sandra Monteiro Lourenço

Marta Daniela Silva Antunes

João Paulo Pacheco Loureiro

Fernando Santos da Silva

Gonçalo Manuel da Silva Pereira
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Fernando da Silva Figueiredo
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Hélder Viegas Alves
Mário Barreira Simões
Vítor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:



Aos catorze dias do mês de dezembro, reuniu em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, no edifício da sede da Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Litrela, pelas 15 horas sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro,

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, Miguel Gonçalves, Teresa Mafalda Albuquerque e Alexandre Mesquita, em substituição dos membros: Helena Coimbra, Andreia Sousa e Sandra Lourenço.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foi entregue na mesa, da parte do senhor presidente da junta de freguesia de Castelões, uma delegação de competência de representação na pessoa de Adérito Silva Ribeiro, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Seguidamente, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros, Júlio Pacheco desejou as boas vindas a todos, agradecendo ao senhor presidente da assembleia, por ter aceite o agendamento da reunião em Santiago de Besteiros, assim como à direção da ACDRL Litrela pela cedência das instalações. Referiu que Santiago de Besteiros tem um forte tecido empresarial, sediado na ZIM do Lagedo, e uma enorme área florestal. Contudo, referenciou as implicações que existem com o crescimento empresarial, quer sejam de segurança rodoviária, de poluição sonora, maus cheiros, impermeabilização de solos e encaminhamento de águas pluviais, entre outras. Deste modo, têm apresentado à senhora presidente da Câmara, as preocupações, solicitando que a Câmara invista uma parte da receita arrecada com a indústria da freguesia na resolução desses problemas. Apelou que a Câmara ajude a criar condições para que Santiago de Besteiros fixe população, quer com a alteração do PDM ou através de medidas de apoio à habitação. Anexo 1

1-Período Antes da Ordem do Dia

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro

Não houve intervenções. Colocada à votação a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes na reunião de 29 de setembro.

1.2. Leitura de expediente

Foi presente a receção do pedido de renúncia ao mandato, na assembleia municipal, de Francisco Duarte da Fonseca, ao abrigo do artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal. Email da equipa à 13ª Comissão Parlamentar, que solicita documentação às Uniões de Freguesias: de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, Barreiro de Besteiros e Tourigo e São Miguel do Outeiro e Sabugosa, no âmbito do processo de desagregação de freguesias. Emails enviados pela ANAM, boas festas da ANMP, breviário prático do protocolo autárquico e jornais: “Associação” e “Voz das Misericórdias”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O membro Márcio Santos efetuou uma intervenção demonstrando preocupações, no âmbito da saúde, referenciando duas notícias, a de caducidade da licença de obras do Centro de Ambulatório e Radioterapia e a que a partir do dia 4 de dezembro, o Centro Hospitalar Tondela Viseu ficaria sem urgência de ortopedia durante a noite. Lembrou que o Centro Hospitalar Tondela Viseu emitiu um comunicado a dar contas que em vários dias os serviços noturnos de cirurgia geral, de ortopedia e de via verde coronária estariam encerrados, devendo os mesmos serem encaminhados para os CHUC. Deste modo, questionou: em caso de emergência quem garante a saúde dos cidadãos de Tondela? Até quando vamos continuar a ter intermitências nas estruturas que nos servem e cujas alternativas se podem tornar em longos minutos de luta pela sobrevivência.

Questionou, de seguida, quando é que o IP3 se torna uma verdadeira via de acesso à saúde? Perguntou à senhora presidente o ponto de situação da delegação de competências na área da saúde e sobre o ponto de situação da USF de Tondela e das extensões de saúde de Canas de Santa Maria e do Caramulo. Anexo 2

O membro Martinho Rodrigues efetuou uma reflexão sobre o momento político que o País atravessa, dando nota de uma notícia publicada no JN, que tem como fonte Dr. Rio, que efetuou uma análise sobre o comportamento da Justiça Portuguesa, nomeadamente na questão da Procuradoria Geral da República. Disse que o ex. líder do PSD refere que o Primeiro-Ministro foi demitido pela Procuradoria Geral da República e que esta não tem noção do gravíssimo dano que causou ao País. Refere que na mesma notícia é dito que a Drª Lucília Gago deveria abandonar o cargo por ter colocado a imagem do País ao nível dos piores do terceiro mundo, ao colocar um parágrafo que originou a demissão do Dr. António Costa. Disse que é uma reflexão que deve ser feita,

para ser verificado se o que aconteceu é benéfico ou prejudicial para o País, atendendo que era um governo que tinha maioria absoluta, com os danos económicos reconhecidos a nível mundial, tendo inclusive o prémio nobel da economia referido que tinha acontecido um milagre em Portugal, sendo um exemplo a seguir. Disse que o País irá a eleições e que saberá “dar a resposta ao golpe de Estado institucional”.

O membro Carlos Amaral respondeu ao membro Martinho Rodrigues que há um equívoco, pois tinha sido o Primeiro-Ministro a colocar o lugar à disposição e se houve uma crise política foi provocada por ele.

O membro Martinho Rodrigues agradeceu ao presidente da Associação de Litrela a cedência da sala para a realização da assembleia, reconhecendo as vantagens das reuniões descentralizadas.

Respondendo ao membro Carlos Amaral, lembrou que o senhor Primeiro-Ministro tinha dito que se algum membro do governo fosse investigado deveria sair, ora o parágrafo obrigava a que o Primeiro-Ministro se demitisse, por ser uma pessoa correta. Questionou se o PSD achava bem, que depois do que tinha dito continuasse no cargo.

O senhor presidente da Mesa, António Leitão, disse que é normal cada um fazer a sua avaliação. Lembrou e defendeu o que anteriormente tinha referido aquando de investigação judicial no concelho de Tondela, “que nunca devemos esconder-nos nas investigações da justiça, para não assumirmos responsabilidades no domínio da ética e da política”.

De seguida, questionou a assembleia se era possível a assembleia municipal de Tondela fazer um apelo, sem qualquer tipo de acusação, a todos os partidos que estão a preparar os seus programas eleitorais para recordar algumas das prioridades principais para o interior do País: ligação em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra; concretização dos projetos principais do Centro Hospitalar Tondela/Viseu; e, garantia da prestação e presença dos profissionais para a Escola Pública e médicos no SNS.

O membro Rui Santos disse ao membro Márcio Santos que a saúde é muito importante e que lamenta que haja constrangimentos nas urgências. Recordou que na assembleia municipal realizada em Vilar de Besteiros questionou se o PSD estava disposto a aprovar uma Lei que obrigasse os médicos a cumprir determinados anos no SNS, de compensação dos custos de formação. Relativamente ao IP3, disse que não era bom e que uma ambulância poderá demorar, em situação normal, cerca de 45m para chegar a Coimbra.

Relativamente à proposta do senhor presidente da Mesa, disse que não a subscreve, referindo que foram descritas as prioridades que o PSD reconhece até ao momento. Disse que não considera que a autoestrada seja uma prioridade, tendo já justificado por várias vezes em assembleias anteriores. Salientou que se houver uma autoestrada como o PSD propunha, o custo de deslocação de Tondela para Coimbra, dependendo do local onde estiverem as portagens, poderá custar aos utentes cerca de 5€ ou mais, o que considera oneroso para quem circula diariamente. Contudo, reconheceu o atraso da requalificação do IP3, recordando a factologia desse itinerário principal. Deste modo, disse que não irá votar favoravelmente a proposta.

Continuou dirigindo-se ao membro Carlos Amaral, que deve haver ética na política. Disse que a demissão do Primeiro-Ministro, se deveu a uma espécie de indícios que atualmente o juiz de instrução colocou de parte, que foi o crime de corrupção, pelo que não se sabe muito bem de que está acusado. Disse que o Partido Popular Europeu e o eurodeputado Paulo Rangel levantaram a questão da corrupção do senhor Primeiro-Ministro e do governo português, que não favorece o país.

Recordou a situação ocorrida em Tondela, dizendo que o PSD de Tondela propôs, para as autárquicas, um candidato que já estava acusado. Lembrou que foi entregue uma cópia anónima, ao PS de Tondela, do processo enviado para a Polícia Judiciária, do qual nunca falou no assunto, até ao momento da reportagem televisiva, por defender a presunção de inocência e por ser uma denúncia anónima, pelo que não tinham de se pronunciar. Disse que só após o comunicado público da acusação, pelo Ministério Público, é que tomaram as posições políticas, que são conhecidas. Referiu que os eleitos do PS sabem que se forem acusados, por atos cometidos nas suas funções autárquicas, se não suspenderem o mandato, o PS retirará a confiança política. Disse que se deve ter cuidado naquilo que se diz e que o aconteceu no Governo é um assunto inédito no País. Disse ainda, que espera que se houver mudança no governo, as questões relacionadas com as urgências na saúde se resolvam de um dia para o outro e que o IP3 e a autoestrada seja feita longo a seguir, assim como todas as outras coisas que estão por fazer, nomeadamente com o Centro Hospitalar Tondela / Viseu seja resolvido.

O membro Carlos Amaral disse que ninguém teceu julgamentos ou juízos de valor sobre aquilo que a justiça fez ou não, e que a situação tinha sido evocada, na assembleia, por um membro da bancada do PS. Lembrou que o que disse foi que se o senhor Primeiro-Ministro se demitiu, bem ou mal, foi por vontade própria.

Concordou que os médicos deveriam ter uma obrigatoriedade de prestação de serviços no SNS. Referiu que fechando as urgências, o transporte de doentes em situação de urgência deverá ser efetuado para Coimbra e com o IP3 da forma como está, nomeadamente com os separadores centrais e em caso de congestionamento, não permite rapidez, o que pode causar alguns problemas. Informou que o Centro Hospitalar Tondela/Viseu está a causar grandes problemas financeiros e asfixia às cooperações do concelho, por estar a reter pagamentos.

O senhor presidente da Mesa disse que não havendo unanimidade, não colocará a votação. Contudo, referiu que ficou surpreendido por o PS ter abandonado a ligação Coimbra / Viseu, com perfil de autoestrada, recordou ter ouvido localmente diversas vezes a promessa repetida de que irá existir essa ligação em perfil de autoestrada, concordando que deve haver solução não portajada, não sendo isso que está em causa.

Respondendo à referência efetuada pelo membro Rui Santos, disse repudiar a ideia, que alguém que num órgão de representação do povo português, se pronuncie sobre práticas, incluindo as práticas alegadamente ocorridas no País, por serem ouvidas além-fronteiras, está a ser colocado em causa o interesse nacional. Referiu que o tempo em que alguém achava que contestar a visão ou comportamento de alguém ou partido, era contestar o interesse ou atraiçoar o interesse do estado, já passou, há cerca de 50 anos. Disse que o tipo de argumentos em que não se pode num parlamento europeu questionar práticas de atores nacionais, porque põe em causa supostamente o interesse de Portugal, seria semelhante se alguém na assembleia municipal questionasse o comportamento da Câmara Municipal, se dissesse que estaria a colocar em causa o interesse do município ou dos Tondelenses. Afirmou que não quer que nenhum membro da assembleia municipal se sinta limitado na sua expressão, na visão e comportamento, quer seja da câmara, quer seja de serviço autárquico. A expressão de vontade e de opinião sobre o que aqui se passa, é uma vontade de interesse e nunca pode ser referenciado como traição.

Reconheceu haver uma divergência sobre o critério ético, pois entende que existe um problema ético não quando se é condenado, mas entende que é quando se é pronunciado por um juiz de instrução ou quando uma autoridade judiciária decreta medidas de coação, nomeadamente privação de liberdade. Entende que os juizes de magistrados do Ministério Público não bastam por si só, para consequência do nível de perda de funções, o que não significa um juízo dos próprios pelas condições que têm.

A senhora presidente da Câmara, relativamente ao tema da saúde, referenciou uma preocupação ao ter tido conhecimento do plano de contingência para dar resposta à necessidade de criar horários para dar resposta nas urgências, na sequência de falta de médicos e que teve um impacto nas urgências da ortopedia e da via verde coronária. Desta forma, informou que foi solicitada uma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela / Viseu, por forma a demonstrar essa preocupação e o impacto que causa no distrito e em Tondela. Referiu que o Conselho de Administração esclareceu que o hospital de Tondela não seria alvo de contingência, não deixando de reafirmar a grande preocupação da existência do plano de contingência no hospital de Viseu. Reafirmou que tem defendido junto da tutela, que falar de transferência de competência da saúde, não se pode dissociar de todos os problemas existentes no setor no concelho. Reiterou o compromisso de assinar o auto de transferências de competências, no momento em que questões relacionadas com a saúde, no concelho, ou no distrito e que afetem os municípios do concelho, estejam resolvidas. Informou que os contentores que estão a ser colocados, junto ao pavilhão municipal, são para colocar os serviços da USF de Tondela, enquanto estiverem a decorrer as obras de requalificação daquela unidade.

2-Período da Ordem do Dia

2.1 Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

A senhora presidente da câmara iniciou a sua intervenção com a visualização de imagens das atividades desenvolvidas pela Câmara, no período compreendido entre a assembleia de setembro à presente data. Anexos 3 e 4

O membro Rui Santos referiu que quando referenciou o que se passou em Bruxelas, não é pelo facto de terem falado, mas é pelo facto do juiz de instrução do processo ter deixado de indiciar seja quem for por questões de corrupção e a terminologia que foi usado no Parlamento Europeu foi corrupção.

De seguida, disse que é um padrão vir falar sobre a execução orçamental e por outro lado é um padrão verificá-la nos relatórios enviados, sendo que nos últimos anos, em dezembro, rondam os 30%, sobre as execuções corrigidas, bem sabendo que existe algumas razões que o justifiquem. Referiu que deve haver cuidado na elaboração do orçamento.

Continuou dizendo que, na sua opinião, há questões que são colocadas noutros pontos e que dizem respeito à atividade da Câmara, pelo que devem ser efetuadas no presente ponto.

Seguidamente, disse necessitou ter acesso aos documentos no orçamento do ano de 2023 e porque passaram a ser enviados devido ao peso por we transfer, se não forem descarregados passados oito dias, o link está inativo. Ora propunha que no separador da assembleia municipal no site do Município, fosse colocado a documentação remetida para os membros, para que sempre que necessitem a possam consultar, visto que por serem aprovados, são públicos.

O presidente da Mesa concordou que o arquivo histórico dos documentos remetidos à assembleia, devam ser públicos, pelo que solicitou à Câmara que providencie tal pretensão. Continuou dizendo que no seu entender, os membros e os partidos devam ter liberdade para se exprimir.

O membro Felisberto referiu que decorrentes da inflação, da guerra, entre outros, causam dificuldades para quem tem de gerir e desenvolver atividades antecipadamente programadas e orçamentadas, por isso muitas vezes é difícil concluir tais pretensões, bem que haja empenho. Disse que na presente assembleia estará para discussão e votação um orçamento, para 2024, de cerca de 33 milhões de euros, procurando a câmara gerir esses valores de forma justa e bem orientado, com apoio às empresas e aos cidadãos. Realçou o papel desenvolvido na educação e no associativismo, elencando várias iniciativas e programas. No âmbito da saúde, lembrou as candidaturas efetuadas para as várias unidades. No setor turístico, realçou os vários apoios. Destacou, de seguida, a estratégia local de habitação, fundamental à fixação de população no concelho, permitindo a criação de condições para habitação digna para todos aqueles que não tem capacidades.

O membro José António Matos questionou a senhora presidente da Câmara: em que ponto se encontram as negociações com a tutela, sobre o caminho de acesso à Central hidroelétrica dos Pisões, assunto abordado há mais de um ano, precisamente desde 23/09/2022; em que ponto se encontram as obras de conservação das Reservas do Museu Terras de Besteiros, pois há mais de um ano que se encontram uns andaimes e uma vedação que entretanto já apodreceu e caiu na via pública. Assunto abordado em 17/12/2022, também há mais de um ano; qual o ponto em que se encontra a resolução para o trânsito e estacionamento caótico na zona envolvente ao parque de jogos do

Sporting Clube de Nandufe, sobretudo em dias de treinos e jogos das camadas jovens do CDT ou dos jogos do SCN.

Lembrou que há cerca de um ano, foi abordado na assembleia, as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril, tendo o senhor presidente da Assembleia Municipal que deverá ser comemorado o 25 de Novembro e que porventura poderia ser criada uma Comissão, para que durante o ano de 2024, fossem feitos vários eventos alusivos à efeméride. Atendendo que não houve comemoração do 25 de Abril, nem do 1º Maio, questionou se o município pretende comemorar e em que moldes.

Atendendo ao relatório de atividades verificou que em articulação com as juntas de freguesias, foi aprovado a toponímia das freguesias, deste modo, questionou se não deveria ter sido alargado esse debate a todos os cidadãos das freguesias. Referiu que no mês de outubro entregou à senhora presidente da câmara uma nota de boas práticas, utilizadas por outros concelhos, relativamente à discussão pública do Orçamento Participativo, ao que questionou para quando essa participação. Continuou a questionar, se em 2024, haverá algumas iniciativas sobre o Parlamento Jovem.

Felicitou o município sobre as candidaturas efetuadas da louça preta e da Festas da Cruzes a Património Imaterial da Humanidade da Unesco, lamentando que o mesmo não tenha sido feito anteriormente com a cestaria de Nandufe. Anexo 5

A senhora presidente da câmara, ao membro Rui Santos, referiu que tem sido feito um grande esforço para concretizar o orçamento, espelhado pelo exposto no relatório financeiro. Disse que comparando com os desvios padrão da receita e despesa e do grau de execução orçamental, de 2022, verifica-se uma evolução positiva. Reconhece que muito há a fazer e que importa melhorar cada vez mais.

Ao membro Felisberto Figueiredo, referiu que o trabalho do dia a dia visa promover o desenvolvimento económico com proximidade com a área social e o apoio a quem mais necessita, não esquecendo todas as entidades sociais.

Ao membro José António Matos, disse que em relação ao processo dos Pisões, os mesmos mantêm-se igual, como informado em assembleia anteriormente, aguardando resposta da tutela. Não existindo negociações. Referiu que foi comunicado à tutela a posição, as preocupações e prioridades do município. Reforçou que o acesso à central dos Pisões é privado, pelo que é importante que aquando da transferência da propriedade seja garantido o acesso público, sem qualquer tipo de condicionalismos.

Referiu que as atividades previstas para a comemoração do 25 de Abril estão previstas no orçamento de 2024, assim como o compromisso para o orçamento

participativo. Informou que irá iniciar-se o procedimento para elaboração do regulamento para o orçamento participativo, estando definido que as ações sejam despesa de capital e que se enquadre na inclusão social. Relativamente às questões de pavimentações e de ordenamento, respondeu que estão a ser analisados com a junta de freguesia e que estará incluído num procedimento concursal a abrir em 2024, da União de Freguesias de Tondela e Nandufe.

O membro Fernando Figueiredo ausentou-se da sessão, por motivos pessoais.

2.2- Análise e votação da fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

A senhora presidente da Câmara referiu que as propostas para fixação de impostos mantêm-se nos valores aprovados, do ano transato.

Colocada à votação, a taxa de IMI foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tereza Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3. Análise e votação da fixação da participação variável no IRS

Colocada à votação, a fixação da participação variável no IRS, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tereza Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto

Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Análise e votação da fixação da Derrama

Colocada à votação, a fixação da derrama foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5 Análise e votação da reprogramação de projetos PPI - ZIM do Lagedo

A senhora presidente da Câmara disse que a reprogramação se prende com a necessidade de efetuar a atualização do cronograma físico da execução da empreitada, composta por vários lotes. Informou que o procedimento concursal foi lançado e que foi remetido para o Tribunal de Contas para obtenção do respetivo visto.

Colocada à votação, a reprogramação de projetos PPI – ZIM do Lagedo foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro,

Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6. Análise e votação da Revogação do contrato de empréstimo celebrado entre o Município de Tondela e a Caixa Geral de Depósitos para investimentos até 3.000.000€

A senhora presidente da Câmara referiu que considerando que alguns projetos definidos, aquando da aprovação da contratação de empréstimo, tiveram financiamento e porque outros ainda não se iniciaram, considerando igualmente a situação macroeconómica nacional, propôs a revogação do empréstimo, para poderem fazer uma melhor adequação às necessidades atuais.

O membro Martinho Rodrigues lembrou que a contratação de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, foi votado contra pelo PS, por não haver nenhuma justificação para a sua celebração, pelo que constata que tinham razão, por não haver projetos que o justificasse. Deste modo, disse ficar satisfeito por reconhecerem que não havia motivos para essa contratação de empréstimo.

A senhora presidente da Câmara lembrou que aquando da autorização e da submissão à assembleia municipal não estava, por exemplo, concedido apoio financeiro para a requalificação da USF de Tondela, que, entretanto, foi aprovada pelo PRR. Referiu que o objeto do empréstimo foi alterado tendo um pedido de alteração das obras. Disse que o facto de estar a solicitar a revogação, não significa que não seja necessário num futuro próximo ter de recorrer à banca, para poder financiar obras. Informou que o empréstimo ainda não estava visado pelo Tribunal de Contas e que as taxas de juros foram alteradas.

Colocada à votação, a revogação do contrato de empréstimo, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque,

João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Análise e votação da 5ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e três

A senhora presidente da Câmara referiu que a 5ª alteração modificativa espelha a reprogramação dos projetos em PPI e dotação de algumas rubricas com plurianualidade.

Colocada à votação, a 5ª alteração modificativa foi aprovada por maioria. Absteram-se os membros: Rui Santos, Ângelo Gonçalves, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Rita Rosa, Martinho Rodrigues. Votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Guilherme Duarte, Márcio Santos, Carlos Amaral, Alfredo Leitão, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Análise e votação do Mapa de pessoal para 2024

A senhora presidente de Câmara disse que a proposta de mapa de pessoal para 2024, não tem grandes alterações em relação a 2023. Informou que as alterações propostas incidem essencialmente na adequação de serviços de acordo com o perfil técnico.

Colocado à votação, o mapa de pessoal para 2024 foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo,

Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024

A senhora presidente da Câmara informou que os documentos que compõem o orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2024, correspondem a um montante de 33 015 661€ e que corresponde a uma redução, relativamente a 2023, de cerca de dez milhões de euros. Disse que 2023, corresponde ao final do Quadro Comunitário de Apoio, não se perspetivando que o novo Quadro Comunitário de apoio esteja se inicie antes do final do ano de 2024, sendo reduzidas ou nulas. Disse que o orçamento foi construído com clareza, de acordo com as normas orientadoras. Referiu que visa a proximidade e articulação com os desafios das populações, evidenciando os compromissos políticos, com a abertura de rubricas para obras consideradas prioritárias, decorrente do trabalho efetuado com os senhores presidentes de junta. Referiu ser um orçamento de transição de ciclo, atendendo que encerra um quadro de apoio comunitário e inicia-se outro em que não se vislumbra receita com fundos comunitário, para o ano de 2024. Contudo, espera que as candidaturas que foram apresentadas na Secretaria de Estado das Comunidades Locais e o projeto submetido, junto do fundo ambiental, venham a obter financiamento. Referiu que o orçamento espelha as obras que têm financiamento, como é o caso da USF de Tondela e a Loja do Cidadão, e reflete bem a estratégia local de habitação, assim como as linhas de financiamento. As candidaturas que até ao momento não foram aprovadas, como é o caso do RADAR Social, não estão inscritas em orçamento, por não haver protocolo assinado. Referiu que este orçamento reflete bem o aumento das despesas correntes, nomeadamente em vencimentos, por força do aumento significativo de funcionários. Por tudo o exposto, disse ser um

orçamento ambicioso, de compromisso para o presente e futuro, com uma dinâmica de modernidade, preconizado pelo desenvolvimento sustentado.

O membro Rui Santos referiu, que no âmbito da audiência do estatuto da oposição, reuniu com a senhora presidente, tendo ficado claro as divergências de opinião e as concordâncias.

Referiu que o empréstimo que foi revogado, e que ainda bem, foi autorizado em circunstâncias estranhas, sobretudo quando é próximo de eleições e por isso as obras foram sempre ajustadas. Lembrou que houve um financiamento aprovado no PO Centro, bem que não fosse suficiente, mas felizmente a obra transitou para o PRR. Contudo, disse como anteriormente afirmado, estão disponíveis para aprovar um empréstimo para investimento na habitação, mas gostariam de ver discriminados os projetos, mesmo os inscritos por 1€, porque ficam com a ideia de não haver projetos efetivos. Referiu que na habitação, no âmbito do PRR, se não houver projetos, podem não conseguir posicionar-se quando abrir as candidaturas.

Lembrou que no anterior quadro comunitário houve demora numa série de projetos, algo que atualmente já se sabe na organização de gestão intermédia de fundos comunitária, que a CIM Viseu Dão Lafões tem acordado, no âmbito do PO 2030, cerca de cento e noventa milhões de euros, se bem que ainda não esteja apresentada a regulamentação prévia e a ilegibilidade específica, por isso os projetos devem estar preparados.

Disse que há um aumento de despesas correntes significativamente, por ter ficado com competências nomeadamente na educação e na saúde, mas o Orçamento de Estado para 2024, prevê um acréscimo, para a Câmara de Tondela, cerca de 3,2 milhões de euros.

O membro Guilherme Duarte disse que o PSD irá votar favoravelmente, tendo o atual executivo município o conforto político, para continuar o crescimento e desenvolvimento do concelho.

Referiu que decorrente da crise sanitária, da conjuntura mundial que originou uma inflação dos produtos, e que repercutam implicações financeiras para os municípios, como é o caso de revisão ordinárias e extraordinários em obras municipais. Referiu que após a análise dos documentos, concluem que o orçamento é de proximidade, por ter sido ouvidos os senhores presidente de junta e a oposição, que deram os seus contributos e que permite metas equitativas nas várias freguesias. Disse que o concelho está em crescimento, fruto do investimento e desenvolvimento efetuado,

que criaram centenas de postos de trabalho. Reforçou que o orçamento é de proximidade, pois detalha pequenas, médias e grandes intervenções nas 19 freguesias do concelho. Disse que é um orçamento preocupado com o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, apresentando o projeto 16.9. Que é um orçamento que demonstra a necessidade de colmatar a falta de habitação. Questionou, se o Município de Tondela tem programas específicos, no âmbito da estratégia local de habitação.

Destacou três eixos de ação, que incluem financiamentos aprovados no PRR, sendo que grande parte das obras inscritas, apenas poderão ser concretizadas com capitais próprios, não impedindo que sejam preparados os respetivos projetos, para poderem ser submetidos quando houver a abertura de candidaturas.

Reiterou a confiança no executivo, pedindo que se cumpram as metas estabelecidas em prol do concelho. Anexo 6

O membro Paulo Dinis disse que é com agrado que vê pela primeira vez a inscrição da rubrica para água e saneamento em São João do Monte e investimento para rede de água a Souto e Castelo. Espera que haja desenvolvimento na sua execução, que para São João do Monte, em 2024, seja elaborado o projeto e em 2025 a execução da obra e que para Castelo e Souto haja início da execução da empreitada já em 2024. Realçou a importância dessas empreitadas para a freguesia. Lembrou que desde o último ato eleitoral que está inscrito em orçamento o Espaço de Cidadão para São João do Monte, sem que tal tenha até ao momento sido executado, pelo que espera que em 2024 se pode proceder à sua instalação. Salientou que a importância da obra da estrada para Vale do Lobo, questionando a senhora presidente de câmara se tem datas para o início da execução das primeiras pavimentações.

A senhora presidente de câmara realçou a importância das obras de requalificação da Escola E.B. 2.3. de Campo de Besteiros, esperando que seja aprovado o seu financiamento, se bem que inicialmente possam ter de recorrer a receitas próprias, de modo a poderem lançar o procedimento concursal no início de 2024. Fez referência à estrada entre Jueus e Laceiras, à 2ª fase da estrada de Vale do Lobo, estando a primeira fase para assinar o contrato, que permitirá a sua execução. Realçou a inscrição das vertentes fundamentais, para o 1ª Direito e arrendamento a preços acessível, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Referiu, ainda a inscrição da nova área industrial em Borralhal, Barreiro de Besteiros.

Relativamente às ARU's, disse que fruto da legislação recém-publicada, teme que os benefícios e financiamentos sejam poucos, mas referiu que iria ser concluída as

limitações nas freguesias. No que diz respeito à estratégia local de habitação, disse terem reunidos com todos os presidentes de junta, para avaliar o que estava definido como 1º direito, havendo necessidade de verificar com os beneficiários se mantem o interesse e a condição, por forma a posteriormente evidenciar com clareza no orçamento esse compromisso. No que diz respeito ao Espaço de Cidadão, em São João do Monte, informou estar em conversações com a AMA, para concluir o processo, reconhecendo a importância do espaço aberto nas freguesias, por promover a proximidade de serviços.

Colocados à votação, os documentos que compõem as GOP e o Orçamento para 2024 foram aprovados por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Ângelo Gonçalves, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Rita Rosa, Martinho Rodrigues e Alfredo Cabral. Absteve-se o membro Alexandre Mesquita. E, votaram a favor os membros: António Leitão, Felisberto Figueiredo, Sérgio Rodrigues, , Guilherme Duarte, Márcio Santos, Carlos Amaral, Alfredo Leitão, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Marta Marques entregou uma declaração de voto, do PS, que se transcreve:

“Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024.

Os do Grupo Municipal do PS votou contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2024, por razões de fundo e razões concretas a saber:

- Sendo certo que neste momento ainda falta finalizar os quadros normativos e de elegibilidade para financiamento de projectos no âmbito do PO Centro 2030 e demais PO's Nacionais, já está acordada uma dotação de cerca de 190 000 000€ para os 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões, dos quais, sobretudo em função da população, a maior fatia caberá a Viseu, mas a segunda maior fatia dessa verba caberá a Tondela. Ao mesmo tempo correrão ou estão ainda a correr processos de candidatura ao PRR.

- Porém, mesmo que sem financiamento ainda assegurado pela via dos Fundos Públicos Nacionais e Comunitários, não se regista a inscrição para abertura de rubrica, de qualquer projecto novo que possa estar preparado para ser candidatado às medidas que estão abertas ou às que venham abrir candidaturas. Continua-se a

meio do mandato ainda a discutir projectos lançados pelo anterior executivo, normalmente pelos maus motivos: - não conclusão das obras, pedidos de prorrogação de prazos ou pedidos de revisões de preços decorrentes dessas sucessivas prorrogações, sem certezas de qual será a execução física elegível que termina a 31 de Dezembro, e por que encargos não financiados sobrarão para o Município neste encerramento do PO Centro 2020;

- Destacamos, neste contexto, a ausência de projectos de investimento para habitação a custos controlados e candidatura dos mesmos ao PRR, correndo-se o risco de deixar esgotar o financiamento disponível. A falta de habitação tem um tremendo impacto no despovoamento e cria enormes dificuldades para as empresas recrutarem mão-de-obra. Continuamos a manifestar a disponibilidade do PS para votar favoravelmente a contratação de um empréstimo para lançamento desses projectos, se tal for necessário.

- Não vemos qualquer detalhe de projectos de investimento num plano de mobilidade estratégico enquadrando as ZIM, modos deslocação suave e transportes coletivos, mesmo que parte do mesmo esteja integrado no âmbito do Concurso lançado pela CIM Viseu Dão Lafões como Autoridade sub-Regional de Transportes.

- O mesmo se pode dizer da falta de projectos municipais relevantes de abordagem municipal à valorização do património ambiental, como motor de desenvolvimento - ausência de projetos a candidatar quando as perspetivas e as orientações do PRR e outros instrumentos de desenvolvimento apontam nesse sentido.

- No plano de projectos estruturantes para o desenvolvimento do Município continua em falta o projeto de futura construção de um Pavilhão Multiusos, funcional e sem ostentação, que permita a realização de atividades ligadas às atividades económicas e sociais, como feiras, encontros seminários, congressos, ou até espetáculos para grande número de espectadores à escala regional, numa altura em que tal faz especialmente sentido face à anunciada revisão em curso do PDM.

- Lamentamos que, concluídas a 1ª e 2ª fase do projecto de requalificação da Escola Secundária de Tondela, continue por realizar a reposição dos laboratórios de Biologia e das salas de ciências gerais ligadas à área, da Escola Secundária de Tondela, o que parece evidenciar que projecto não foi elaborado e acompanhado por quem conheça bem a importância da experimentação para o desenvolvimento da

apetência pela investigação e aprendizagens ligadas às áreas científicas e tecnológicas.

- A existência de mais de 60 obras / investimentos, com dotação inicial de € 1,00, faz questionar se não estamos perante um orçamento de faz de conta para um ano ou se é uma refundação do programa eleitoral, já que o saldo de gerência não vai chegar, nem de perto nem de longe para os dotar de verba suficiente para a concretização em 2024. Apesar de concordarmos com todas elas e as defendermos para um programa plurianual de um mandato, a menos que se queira a sua concretização em 2025 por motivos óbvios.

- Congratulamo-nos pela inclusão, finalmente, nas GOP's das obras de saneamento e abastecimento de água a S. João do Monte, embora com a dotação de € 1,00) e previsão de reforço futuro. E lembramos aqui que a resposta, justificada com o princípio do utilizador pagador, de que não se vai mais além porque é preciso equidade na resolução dos problemas de saneamento do resto da Serra não colhe. É que invocando a equidade, também deve haver equidade quando se pensa que freguesias como Tondela Nandufe, e bem, já têm água e saneamento sem que tal aconteça em S. João do Monte e outras zonas da Serra e do Concelho.

- Congratulamo-nos também por, finalmente e após quase três anos de propostas dos vereadores e membros da Assembleia Municipal do PS agora vir ser proposta inclusão do Orçamento Participativo nas Políticas Municipais. Custou, mas finalmente avançou esperando que o avanço não tenha sido, de forma calculista, protelado até ficar próximo de 2025. “

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10. Análise e votação de Tarifário de RSU

A senhora presidente da Câmara informou que o tarifário proposto de RSU mantém os valores aplicados em anos anteriores. No entanto, referiu que o mesmo deverá brevemente ser alterado, por forma a incorporar as normas orientadoras da ERSAR, que define outro tipo de escalões e de enquadramento. Informou que relativamente às receitas / despesas existe um diferencial substantivo e que se irá agravar em 2024, para poder cumprir as metas exigentes do PERSU 2030 e que vai

obrigar a implementação da melhoria do sistema de recolha de RSU, nomeadamente nos bioresíduos e que implicaram investimentos avultados por parte dos municípios. Disse que contrariamente a outros municípios, no ano de 2024, o município de Tondela não irá aumentar as tarifas, atendendo às dificuldades económicas das famílias, provocada pela inflação.

O membro Rui Santos disse que é referido inúmeras vezes a inflação, contudo, referiu que em Portugal, a mesma está abaixo da União Europeia, mas que causa mesmo assim inúmeras dificuldades às famílias. Lembrou que no concelho de Tondela, as pessoas que não tem água, não pagam, bem que usem o serviço, originando falta de equidade. Deste modo, questionou se houve algum avanço para que todos passem a pagar a devida tarifa. Disse que do seu ponto de vista, o tarifário por se tratar de tarifas e não de taxas, não deveria ser submetido à assembleia, contudo, reconhece existir divergências sobre o assunto. Referiu que se for revisto, deverá ser tido em conta algumas situações, como é o caso por exemplo diferenciar as entidades não lucrativas, das lucrativas.

Alertou que os depósitos para recolha de óleos, no concelho, são insuficientes, algo que deve ser reforçado junto da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

O senhor presidente da Assembleia disse que as taxas são cobradas por serviços públicos e as tarifas, ainda que possam ser prestados por entidades públicas, são cobradas por serviços que operam em mercado. Referiu que no caso dos RSU, tal como é o caso da água, apesar de teoricamente haver um mercado e ser prestados sob forma empresarial, não há verdadeiramente concorrência e por cautela e defesa, muitas entidades municipais optam por fazer uma deliberação do género da taxa, que carece da deliberação da assembleia.

O membro José António Matos referiu que como abordado anteriormente e atendendo Tondela estar inserida em meio rural, que deveria haver uma implementação do uso de bio-compostores.

A senhora presidente da câmara concorda que a cobrança da tarifa, deva ser universal, sendo certo que se tal acontecer será melhor adequado o valor do tarifário perante a despesa do sistema. Disse que o PERSU 2030 vai obrigar a um conjunto de metodologias, nomeadamente nos bioresíduos, óleo alimentares e resíduos florestais, que trará resposta mais robustas, se bem que tenha de existir uma mudança de

mentalidades e de civismo. Informou que o tarifário quando é submetido à ERSAR, esta solicita as deliberações da Câmara e da Assembleia, por isso é proposto aos dois órgãos.

Colocado à votação, o tarifário de RSU foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.11. Análise e votação da libertação de saldo do contrato interadministrativo deliberado com a Junta de Freguesia de Guardão

Não houve intervenções.

Colocada à votação, a libertação do saldo remanescente do contrato foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.12. Análise e votação do contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Dardavaz

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.13. Análise e votação do contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Parada de Gonta

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.14. Análise e votação do contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.15. Análise e votação do contrato interadministrativo a celebrar com a União de Freguesias São Miguel do Outeiro e Sabugosa

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.16. Análise e votação do contrato interadministrativo a celebrar com a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.17. Análise e votação dos contratos interadministrativos a celebrar entre o Município de Tondela e as Juntas/União de Freguesia, no âmbito da Ação Social Escolar

Não houve intervenções.

Colocado à votação, os contratos interadministrativos foram aprovados por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.18 Análise e votação do aditamento ao acordo de financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Tondela, no âmbito da delegação de competências com o sistema de mobilidade e serviços públicos de transporte de passageiros

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o aditamento ao acordo de financiamento celebrado com a CIM Viseu Dão Lafões foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Ângelo Gonçalves, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Alfredo Cabral, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Márcio Santos, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Alfredo Leitão, Rita Rosa, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Alexandre Mesquita, Tera Mafalda Albuquerque, João Paulo Loureiro, Fernando Santos Silva, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.19. Análise e discussão da revisão dos estatutos da Aintar

A senhora presidente da Câmara informou que é submetido a 2ª revisão dos estatutos da Aintar, por forma a poder acolher novos municípios, como associados, definir de forma mais clara como deve ser constituído o quadro diretivo e o quadro que está a apoiar a direção. Referiu que pelo facto de só serem quatro municípios associados, consta um elemento na direção que não é representativo dos municípios, pelo que importa adequar os estatutos.

O membro Rui Santos lembrou que o Partido Socialista sempre foi a favor do modelo, daquilo que hoje é a Aintar. Recordou que quando foi submetido à assembleia a EIMAR, votaram favoravelmente, mas referiram que prefeririam que fosse uma associação de municípios com fins específicos, em vez de uma empresa. Contudo, disse que iriam votar contra os estatutos. Disse que os estatutos restringem a participação alargada dos eleitos, nomeadamente das assembleias municipais e que pode ter impacto

estratégico para cada município. Disse que não foram adequados às características da associação, no que diz respeito à dimensão e número de associados. Elencou contradições do documento. Reafirmou que os estatutos afastam as assembleias municipais e a fiscalização na fixação dos tarifários dos serviços prestados pela associação, responsabilidade que passa para a assembleia intermunicipal, e que de acordo com os pareceres da ERSAR é considerado ilegal e contraditório ao disposto às Lei 73/2013 e 75/2013, podendo penalizar os munícipes. Referiu não compreender, porque passam as decisões de extinção ou liquidação da entidade, assim como as referentes à admissão ou exclusão de associados, visto que foram as Assembleias Municipais é que decidem sobre a constituição da entidade. Frisou que os Estatutos não preveem expressamente que a AINTAR só possa delegar a Administração dos Serviços da AINTAR noutra entidade, mediante prévia aprovação de proposta a aprovar nas Assembleias Municipais dos Municípios associados. Considerando essa condição absolutamente necessária para minimizar a possibilidade de ocorrência de situações como é o caso de aumento excessivo do tarifário. Por fim, referiu que a Aintar é uma associação com estatuto, gerida com fundos públicos, por isso entende que o recrutamento deve ser transparente, de forma aberta com processo de candidaturas enquadradas num perfil previamente definido. Anexo 7

A senhora presidente da Câmara referiu que conhece bem o parecer emitido pela ERSAR e que na reunião de câmara, o que pediu aos senhores vereadores do PS, foi para apresentar, na reunião seguinte, o parecer jurídico que sustentava a ilegalidade refletida nos estatutos. Disse que os estatutos foram elaborados aquando da criação da associação, tendo como apoio gabinetes jurídicos especializados na área. Atendendo que não é jurista e estando os senhores vereadores do PS a referir a ilegalidade, não quer de modo algo cometer essa ilegalidade. Reitera, com base na sustentação técnica e jurista, que os estatutos não estão feridos de ilegalidade e que o que está espelhado no parecer do ERSAR é uma recomendação. Contudo, disse que se há dúvidas, devem ser sanadas.

O senhor presidente da assembleia referiu que a Lei 75/2013, que estabelece as competências dos órgãos municipais e o regime do associativismo dos municípios, refere uma diferenciação entre assembleia intermunicipais, como é o caso de CIM e de Metropolitanas e outras associações de fins específicos, que têm um regime próprio. Disse que sem prejuízo de merecerem respeito as avaliações de consultores, os pareceres jurídicos que suportam a legalidade da alteração estatutária em geral não resolvem a legalidade de cada caso. Reconhece que o alerta é pertinente, por poder estar na



fronteira, e ninguém quer correr o risco. Disse que consultada a senhora presidente de câmara e atendendo não existir uma razão de urgência em aprovar a revisão dos estatutos, propôs que não seja votado o ponto, para que seja efetuado uma clarificação junto da Aintar.

O membro Rui Santos disse ser o mais razoável, para poderem ponderar corretamente sobre os estatutos.

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

2.20. Outros assuntos de interesse para o Concelho e para o Território

Não houve intervenções.

3-Período aberto ao Público

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é devidamente assinada por:

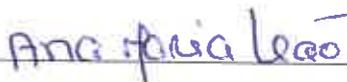
O Presidente:



O 1º Secretário:



O 2º Secretário:



Boa tarde,

- Começando por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Amaro Leitão e nele a restante mesa.
- Cumprimentar a Senhora Presidente de Câmara, Engenheira Carla e todos os vereados aqui presentes.
- Cumprimentar todos os deputados Municipais e colegas presidentes de Junta
- Cumprimentar o Senhor Presidente da ACDRL, Rodrigo Lima e nele todos os elementos da Direção.
- Cumprimentar todas e todos os presentes e os que nos assistem através da transmissão em direto.

Bem-vindos a Santiago de Besteiros,

Não poderia começar a minha intervenção sem antes agradecer de uma forma especial ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia o ter aceite de um desafio para agendar a Assembleia Municipal na nossa Freguesia. É sem dúvida uma forma clara de descentralização e de aproximar este fórum das comunidades bem como dar a conhecer os espaços existentes no nosso Conselho.

Espaços como este, que aproveito também o momento para agradecer a forma como a direção da ACDRL Litrela se envolveu disponibilizando as suas instalações e todo o apoio necessário.

Somos uma Freguesia com um forte movimento associativo e que sabe receber bem quem nos visita, somos um território de excelência.

Temos plena consciência da importância do nosso território no Conselho de Tondela, pois neste território existe um forte tecido empresarial sediado na ZIM do Lajedo e uma enorme área florestal da nossa gestão, dois importantes pilares do atual quadro comunitário.

Nestes dois anos de mandato eu e o meu executivo temos estado muito atentos e trabalhando em várias candidaturas para potenciar este território.

Mas nem tudo são rosas, um território com esta dimensão de gestão florestal própria traz despesas que nenhum orçamento suporta.

O viver diariamente com o crescimento do tecido empresarial tem as suas complicações, quer sejam elas de segurança rodoviária, a poluição sonora, os maus cheiros, a impermeabilização dos solos e o encaminhamento das águas pluviais, entre muitos outros.

Ao longo destes tempos temos apresentado as nossas preocupações a Sra. Presidente do Município de Tondela, Eng. Carla, solicitando que o Município invista uma parta da receita arrecadada com a indústria na nossa Freguesia na resolução destes problemas.

É com bons olhos que olhamos para o orçamento hoje aqui a ser apresentado e vimos os investimentos previstos para a ZIM do Lajedo, principalmente a ligação à povoação de Lourosa, que à muito queremos ver executada.

Cada vez mais, hoje fazer parte de um executivo é exigente e desgastante, somos um Concelho com um grande potencial, mas por todas as nossas Juntas de Freguesia os recursos humanos e financeiros escasseiam, assim apelamos a Sra. Presidente que nos ajude a criar condições para que em Santiago de Besteiros se consiga fixar população quer seja através da alteração do PDM sobre as propostas que no seu devido tempo apresentámos ou através de uma outra medida de apoio à habitação.

Apoio no processo de acreditação e o ordenamento da nossa floresta e na concretização de projetos como Parque Intergeracional da Freguesia, Zona de Lazer da Sobrosa e Bike Park do Monte de São Marcos, entre outros.

Exmo. Senhor,
Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Vereadores,
Comunicação Social *Presidentes de junta*
Público presente ou a acompanhar online,

Gostava de começar por agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Santiago de Besteiros, a receção desta assembleia, num espaço tão acolhedor.

Obrigado! *→ e ao Rodrigo, Presidente da A. E. D. e Rec. Litoral*

Foi com alguma preocupação que na segunda-feira li o título dos principais jornais da região a dar conta que o **Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas, considerou estranho que o Centro Hospitalar Tondela Viseu (CHTV) tenha deixado caducar a licença para a obra do Centro de Ambulatório e Radioterapia.**

No dia 4 de dezembro, uma outra notícia dava conta que o mesmo Centro Hospitalar estava **sem urgência externa de Ortopedia durante a noite no mês de Dezembro.** Como alternativa, os casos urgentes serão transferidos para os CHUC.

A este propósito reforço só que para chegar a Coimbra em tempo útil razoável, era importante ter uma estrada condigna, coisa que neste momento continua a não se verificar, mesmo depois de tanta promessa.

Agrava o facto do CHTV servir ainda de referência para os utentes oriundos da Unidade Local de Saúde da Guarda.

Mas recordo que já em novembro o CHTV emitiu um comunicado a dar conta de vários dias em que esteve sem os serviços noturnos de Cirurgia

Geral, de Ortopedia e de Via Verde Coronária. Mais uma vez a alternativa foi o encaminhamento para o CHUC. Uma distância de...a correr bem... 1H!

A pergunta que faço é em caso de uma situação de emergência no período noturno quem garante a saúde dos cidadãos de Tondela? Até quando vamos continuar a ter intermitências nas estruturas que nos servem e cujas alternativas se podem tornar em longos minutos de luta pela sobrevivência.

Afinal de contas há ou não portugueses de primeira e portugueses de segunda?

E o IP3? Quando se torna uma verdadeira via de acesso à saúde, nos momentos infelizes em que o interior do país voltar a ficar sem serviços de urgência?

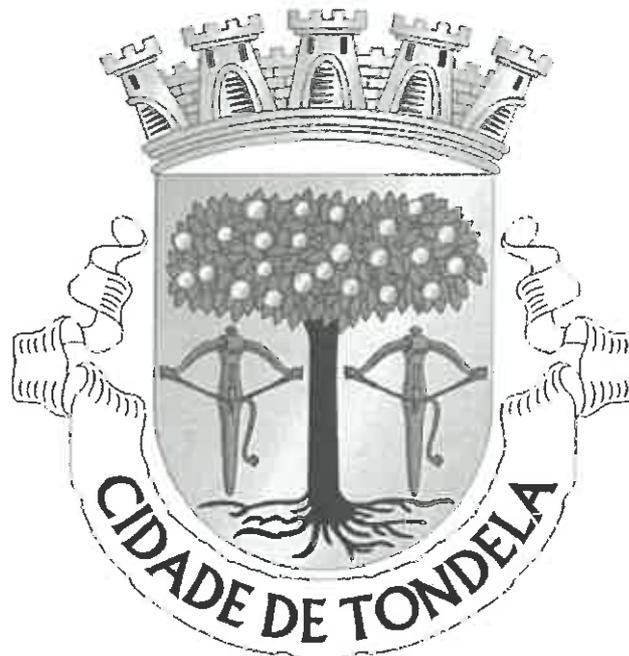
Sr.^a Presidente bem sei que estas são questões que deveriam ser colocadas ao poder central e não ao Município. Mas quero aproveitar o momento para, ainda no âmbito da saúde, questionar o ponto de situação da Transferência de Competências na área da Saúde no nosso concelho. A pergunta que lhe faço é se tem mais alguma informação que possa partilhar connosco não apenas sobre o CHTV, mas também sobre os nossos Centros de Saúde?

Reparei ontem que já estão a ser descarregadas estruturas pré-fabricadas junto ao pavilhão desportivo de Tondela, questiono será material para dar resposta à intervenção na USF - Unidade de Saúde Familiar de Tondela e já agora qual o ponto de situação da USF de Canas de Santa Maria e do Caramulo.

Obrigado.

(Márcio Santos)





RELATÓRIO DE ATVIDADES
Câmara Municipal de Tondela
De 29 de setembro de 2023 a 14 de dezembro de 2023

Informação escrita à Assembleia Municipal de Tondela
realizada a 14 de dezembro de 2023

Handwritten signature or initials in blue ink.



1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea c) do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e considerando a importância de manter os membros da Assembleia Municipal de Tondela informados do trabalho desenvolvido, a Câmara Municipal de Tondela elaborou o presente Relatório de Atividades decorrentes das Atividades realizadas entre o passado dia 29 de setembro de 2023 e o dia 14 de dezembro de 2023.

2. PRINCIPAIS INICIATIVAS REALIZADAS

Decorreu no passado dia 29 de setembro de 2023 a 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tondela referente ao ano civil de 2023.

Realizando-se uma análise macroeconómica podemos referir que as condições geopolíticas, agravaram-se durante o período em análise, juntando-se o conflito entre Israel e a Palestina. As perturbações nos mercados são constantes e a inflação continua a atingir valores elevados com consequências diretas nas tomadas de decisões, sejam elas internacionais, regionais ou locais.

É, por todos, reconhecido que a instabilidade económica e social traz consigo consequências diretas na execução de projetos em curso, dilatando-os no tempo, bem como um acréscimo de custos significativo com revisões de preços ordinários e extraordinários, como são: a ampliação/requalificação da Zona Industrial do Tondela-Adiça; a Frente Ribeirinha ou o Centro Tecnológico de Empreendedorismo; a Execução das Redes de Água e Saneamento à Vila do Caramulo e o Centro de Recolha Oficial Animal.

Neste quadro, uma boa gestão autárquica, alheada à eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos assume um papel primordial na melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Neste contexto, as brigadas da Câmara Municipal a exemplo dos períodos anteriores, continuam a executar faixas de gestão de combustível, limpezas de eixos de comunicação, beneficiação de diversos caminhos florestais, calcetamentos em cubos de granito, reparações de vias de comunicação em betuminoso (pequenas obras, mas importantíssimas na qualidade de vida quotidiana das pessoas).



Num quadro macroeconómico de grande instabilidade e insegurança foi apresentado, em Reunião de Câmara realizada no passado dia 28 de novembro e aprovada por maioria, a proposta de orçamento para o exercício de 2024, com um valor de trinta e três milhões e quinze mil seiscentos e sessenta e um euros (33 015 661,00€). De salientar que este documento foi construído após auscultação de todos os Srs Presidentes de Junta e dos partidos políticos, evidenciando, com essa articulação, um compromisso político claro e sério ao serem incluídas e definidas nas GOPs projetos a realizar.

A nível empresarial destacamos a continuação da realização de reuniões sectoriais tendo em vista a operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal com especial incidência na CCRDC;

As obras de Requalificação/ampliação do Cemitério Municipal, encontram-se concluídas, com receção provisória;

Concluídas, também, as obras das Extensões de Saúde de Canas de Stª Maria;

Conclusão e inauguração do CROA – Centro de recolha Oficial Animal, com a presença do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Carlos Miguel;

Sempre ao lado do tecido empresarial do concelho, auxiliando-o na persecução dos seus objetivos e estratégias empresariais, o Município registou, com orgulho, que sete empresas sediadas no concelho foram premiadas com o estatuto de PME Excelência, relativo ao ano de 2022.

O selo de PME Excelência atribuído pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação foi entregue às empresas Ângulo Verde, Lda., Graciano da Cruz - Gestão de Resíduos Industriais, Lda., NutriNova - Nutrição Animal, S.A., Nutrofertil - Nutrição e Fertilizantes, Lda., Serbul - Serração de Sabugosa, Lda., Signum, Lda. e Tratris - Tratamento de Resíduos Industriais, S.A..

As sete empresas referidas registaram, no ano passado, um volume de negócios de aproximadamente 29 milhões de euros. A faturação cresceu 30% e a variação das exportações subiu 273%, cifrando-se em cerca de quatro milhões de euros.



Medida autárquica e de **caráter social** foi, também, apresentada e aprovada em Reunião de Câmara e submeter à Assembleia Municipal, a taxa mínima do imposto municipal (0,3%) sobre imóveis (IMI) a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos avaliados nos termos da CIMI e de acordo com a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. De igual modo foi proposta a fixação da participação variável de 2,5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na zona territorial de Tondela. Uma medida que visa diminuir o esforço financeiro das famílias.

Ainda no domínio de apoio direto aos mais carenciados foram celebrados protocolos de apoio financeiro, visando apoiar a construção de três ERPIS (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) orçadas em mais de 5 Milhões de euros e suportados, em parte, pelos Fundos Comunitários, mas, também, com apoio direto do município no valor de 987 mil euros, nomeadamente com a União de Freguesias do Barreiro de Besteiros e Tourigo; ASSODREC – Associação Social Desportiva Cultural Recreativa de Parada de Gonta e com o Centro Social da Paróquia de S. Salvador.

Com a transferência de competências, a **educação e a cultura**, são, cada vez mais, determinantes no desenvolvimento que se deseja integrador e inovador no nosso território.

Tendo o arranque do ano letivo decorrido de forma natural, seguiu-se a aposta do Município na implementação do Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEMT), com a denominação: “Tondela: território educativo inovador”.

O PEEMT é o instrumento agregador que resulta dos diferentes contributos recebidos ao longo da sua construção, por parte de parceiros da comunidade escolar, de representantes institucionais, bem como da sociedade civil. A reunião de arranque decorreu no passado dia 15 de novembro.

Neste período foram levadas a cabo diversas atividades, nomeadamente:

- Reunião da Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências na área da Área da Educação visando debater esta matéria da máxima importância para uma boa operacionalização;
- Início das obras de fachada e cobertura da Escola da EB23 do Caramulo;
- Avaliação da intervenção na EBO de Tondela;



- Celebração, pela primeira vez em Tondela, do Dia Nacional do Peregrino, no dia 13 de outubro com um programa que incluiu a realização duma conferência organizada pela CMT e a Delegação da Associação “Espaços Jacobeus”, seguida da tradicional queimada luso-galaica;
- Realização, no Museu Municipal Terras de Besteiros, da exposição “Festa das Cruzes do Guardão”, que retrata aquele que é um dos eventos religiosos mais antigos e mais importantes do concelho tondelense. A exposição era composta por vários painéis informativos que deram a conhecer a história desta tradição secular, que envolve as paróquias do Guardão, Castelões, Santiago de Besteiros e de Campo de Besteiros;
- Fruto, duma organização conjunta entre Câmara Municipal de Tondela e a Junta de Freguesia de Parada de Gonta, realizou-se no dia 11 de novembro passado um colóquio internacional dedicado à escultora Ana de Gonta Colaço, a propósito dos 120 anos da artista, uma figura incontornável da época modernista em Portugal.

Em relação ao **Associativismo**, o município atento às necessidades das diferentes associações e numa clara aposta no desenvolvimento integral do território, aprovou, no passado mês de outubro, apoios financeiros a todo o Movimento Associativo não Federado, no valor total de 105.272,50€, distribuído por 108 coletividades do nosso Concelho. Apoios esses, destinados à realização das atividades/investimentos constantes no respetivo Plano de Atividades e ao Movimento Associativo Federado no montante de 142 950,00 € (cento e quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta euros), distribuídos por 14 coletividades.

Organizado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tondela, com o apoio da Câmara Municipal, decorreu a 21 de outubro no auditório da ACERT o “Seminário Salvamento e Desencarceramento”.

Saúde

- Estratégia Municipal para a Saúde: Definição do projeto em colaboração com o IPV .
- Realização de reunião na Unidade de Saúde Familiar de Tondela, com vista à operacionalização das mudanças visando o início das obras de reabilitação;



- Realização duma reunião realizada no CHTV a pedido da Srª Presidente da Câmara de Tondela com a administração do Centro Hospitalar, com a presença dos vereadores João Carlos Figueiredo e Francisco Fonseca e representantes das duas corporações de bombeiros do concelho. Na reunião, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu assegurou que as urgências do Hospital de Cândido de Figueiredo manteriam o seu funcionamento normal, apesar da crise que afeta o setor da saúde. No entanto, o elenco camarário, não escondeu a sua apreensão face ao Hospital de Viseu, cujas urgências nas especialidades de cirurgia geral e ortopedia continuam encerradas durante a noite, bem como a Via Verde Coronária durante algum tempo.

Tema abordado e preocupante foi, também, a dívida do CHTV às duas cooperações de bombeiros do concelho num valor a rondar os 100 000,00€ relativa ao transporte de doentes. A Administração, neste caso em concreto, reconheceu a existência da dívida e comprometeu-se a saldar grande parte das faturas, algumas delas com atraso de mais de um ano.

No que concerne ao **Turismo** de realçar a aprovação da candidatura, no âmbito do turismo ferroviário, apresentada no dia 27 do novembro em Castelo Branco, visando uma intervenção no cais e estação de Tonda, para aí ser colocado um Centro Interpretativo da Linha do Dão.

No âmbito do apoio às juntas de freguesia, registar a realização de reuniões de trabalho com todas as Juntas e Uniões de Freguesia das quais resultaram diversos tipos de compromissos e concretização de protocolos de apoio, nomeadamente:

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de freguesia de Parada de Gonta, no montante de 2 500,00€, para apoio ao evento “Colóquio Internacional Ana de Gonta Colaço”;
- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros, até ao montante de 8 500€, para a aquisição de uma carrinha;

Handwritten signature and initials in blue ink.



- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Tondela e Nandufe, até ao montante de 15 000€, para apoio às obras do Parque Infantil na Ermida;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Tonda, até ao montante de 36 091,95€, sendo: 18 550€ para apoio às obras de construção de muro, no caminho da Cheira e 17 541,95€ para apoio às obras de construção do muro da sede da junta de freguesia;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, até ao montante de 5 000€, para apoio ao custo logístico da Expocir;
- Protocolo aprovado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Dardavaz, até ao montante de 10 000,00€, para apoio à aquisição dos equipamentos de Parque Infantil e sua aplicação na área lazer da Várzea do Homem;
- Protocolo aprovado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros, até ao montante de 5 000,00€, para apoio à realização dos trabalhos necessários para implementação do Sistema de Segurança e Proteção Contra Incêndios nas Instalações do Pavilhão Desportivo de Santiago de Besteiros.;
- Aditamento financeiro ao protocolo apoio nº 81/2021 celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia do Guardão, até ao valor de 166 245,00€, para apoio ao aumento do custo dos materiais, associado à revisão de preços;
- Aditamento ao protocolo nº 15/2021 celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Lobão, até ao valor de 7 990,73€, para apoio aos custos inerentes das revisões de preços dos trabalhos das obras de alargamento de cemitério;
- Protocolo aprovado entre Município de Tondela e a União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, até ao montante de 15 001,00€ para apoio à aquisição dos equipamentos de Parque Infantil e sua aplicação na localidade de Sabugosa, sendo 15.000,00€ a pagar em 2023, e 1,00€ em 2024;



- Aditamento ao protocolo nº 6/GAP/AM, celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Parada de Gonta, no valor de 15 000€, para apoio aos trabalhos adicionais nas obras da Capela do Solar de S. José;
- Contrato interadministrativo, a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Dardavaz, até ao montante de 66 226,42€, sendo: 10.257,09€, para o apoio às obras de requalificação das bermas da Travessa da Igreja, em Outeiro de Cima, incluindo execução de valetas, aplicações de caixas de inspeção, conduta em manilhas para condução de águas pluviais; 11.186,18€ para apoio às obras de requalificação das bermas da Rua da Barroca, em Dardavaz, incluindo execução de valetas, aplicações de caixas de inspeção, conduta em manilhas para condução de águas pluviais e passagens de viaturas; 13.769,40€, para apoio às obras de requalificação das bermas da Rua do Tanque, em Outeiro de Baixo, incluindo execução de valetas em 1/2 manilhas, aplicações de caixas de inspeção, conduta em manilhas para condução de águas pluviais, passagens de viaturas e execução de remates até junto ao asfalto; 10.618,02€ para o apoio às obras da requalificação da via rodoviária na Rua da Castanheira, em Outeiro de Cima, incluindo execução de muro de suporte de terras em estrutura de betão armado e blocos de cimento, incluindo todos os trabalhos acessórios à correta execução dos trabalhos e 20.395,73€ para apoio às obras de Requalificação das bermas da Rua do Tanque, em Outeiro de Cima - Outeiro de Baixo (sentido Alvarim - Dardavaz) incluindo execução de valetas, aplicações de caixas de inspeção, conduta em manilhas para condução de águas pluviais, passagens de viaturas e execução de remates até junto ao asfalto;
- Contrato interadministrativo, a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Parada de Gonta, até ao montante de 30 000€, para apoio à execução da limpeza das vias municipais;
- Contrato interadministrativo, a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros, até ao montante de 30 000€, para apoio da limpeza das vias municipais;
- Contrato interadministrativo, a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesia de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, até ao montante 21.088,42€, sendo: 10 566,86€, para o apoio à construção do muro de suporte em betão ciclópico na EN 2 (a realizar até ao final do ano 2024), 5.242,76€ serão

Handwritten signatures and initials in blue ink.



para apoio à construção do muro de suporte em betão na rua do Açougue, em S. Miguel do Outeiro (a realizar até ao final do ano 2023) e 5.278.80€ serão para o apoio às obras de requalificação do passeio do loteamento na EN2 em Sabugosa.(a realizar até ao final do ano 2023);

- Contrato interadministrativo, a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo, para apoio às pavimentações de arruamentos, até ao montante de 45 000€, sendo: 25 000€ para 2023 e 20 000€ para 2024;

- Contratos interadministrativos a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas /Uniões de Freguesias, no âmbito da ação social escolar no montante global de 53 368,59€ (cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos;

Institucional

- Realização do Workshop de xadrez na Biblioteca Municipal;

- Promoção, no “Dia das Bruxas”, duma sessão de cinema dirigida a pais e filhos, na Biblioteca Municipal;

- Participação nas reuniões de direção da ADICES;

- Presença na 8ª CÃOMINHADA do DÃO organizada pela Clínica Veterinária Vetidinha;

- Presença no XI Capítulo da Confraria Papas e Carolos de Milho;

- Presença na Feira Gastronómica do Frango, realizada pela União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas;

- Presença na homenagem aos bombeiros falecidos nos incêndios, em Vouzela;

- Presença na comemoração do aniversário do Clube Recreativo de Castelões;

- Presença no Dia do Associado e do Idoso, da Associação Social Cultural Desportiva do Vinhal;

- Presença na inauguração da Festa da Castanha em Sernancelhe;

- Presença no Concerto Solidário “Outubro Rosa” realizado pelo Grupo de Voluntariado Comunitário de Tondela;



- Presença na inauguração das exposições “Feito à Mão – Cerâmica Portuguesa de Autor no Séc XX - Coleção de Pedro Moura Carvalho e João Lacerda – O Colecionador Visionário”, no Museu do Caramulo;
- Presença na “Gala Municipal do Desporto de Tábua, realizado no Centro Cultural de Tábua;
- Presença na Feira da Castanha, organizado pela Junta de Freguesia de Castelões;
- Presença nas comemorações do 37º Aniversário da ADRC de Parada de Gonta;
- Presença nas comemorações do 16º Aniversário da ACRD do Penedo;
- Presença na cerimónia comemorativa do 44º Aniversário do IPV, na Aula Magna do IPV;
- Presença no magusto realizado pela empresa Tojaltec na Zona Industrial de Vilar de Besteiros;
- Participação na “Rota dos Viscondes”, realizada pela Vários;
- Presença no II Festival das Sopas organizado pela Associação da Póvoa de Arcediago;
- Presença no Jantar Comemorativo dos 41 anos da ARCA;
- Presença na XVI Edição da Feira do Míscaro, no Sátão;
- Presença na Caminhada de S. Martinho, organizada pelo CCD de Tourigo;
- Presença no magusto realizado pela Associação de Pais da Escola Secundária de Tondela;
- Presença no II Festival de Sopas organizado pelo Centro Social e Paroquial de Santiago de Besteiros;
- Presença no evento “Magusto Solidário” organizado pela Misericórdia do vale de Besteiros;
- Presença na ação “Criar Bosques” realizada no Monte do Calvário, em Campo de Besteiros, organizado em conjunto pela Junta de Freguesia, pela empresa Fresenius Kabi e pela Quercus;
- Presença na 8ª Edição do Cave Lusa Wine 2023 na Pousada de Viseu;
- Presença na entrega do Chapéu de Ouro ao Dr. Pedro Machado, organizado pela Câmara Municipal de Águeda e incluídas na VIII Jornadas Internacionais de Turismo 2023;
- Presença nas comemorações do 43º Aniversário do Grupo Coral e Instrumental de Caparrosa;



- Presença no encerramento da cerimónia de entrega de prémios do torneio de sueca organizado pelo Clube recreativo de castelões;
- Presença na realização da 6ª Corrida Solidária SPMAQ;
- Presença nas comemorações do 76º Aniversário da Casa do Concelho de Tondela, em Lisboa;
- Presença no jantar comemorativo do 85º Aniversário do Grupo Desportivo Cultural de Canas de Santa Maria;
- Presença no jantar de natal organizado pelo Agrupamento de Escuteiros 1362 da Lajeosa do Dão;
- Presença no Jantar Convívio, no âmbito do evento “Jueus-Aledeia de Portugal”, realizado em Jueus;
- Presença e participação na Oficina do Burel realizada em Jueus no âmbito do programa “Aldeias de Portugal”;
- Presença na inauguração da Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro;
- Reunião com a responsável pelo Arquivo da Universidade de Coimbra;
- Participação na Assembleia geral da Associação portuguesa de Cidades e Vila de Cerâmica,
- Presença e colaboração, na apresentação do livro “Quem conta um conto, acrescenta um pouco. Carta Gastronómica do território da ADICES”, no Caramulo;
- Reunião com responsáveis da IP – Infraestruturas de Portugal- relacionada com as condições de segurança da ER 230;
- Participação e presença no evento Jueus – Aldeias de Portugal, em Jueus;
- Reunião com as Associações de Bombeiros de Tondela e de Campo de Besteiros;
- Reunião com todos os Presidente de Junta e de Uniões de Freguesia, tendo em vista a construção do Orçamento e GOPs para o ano económico de 2024;
- Reuniões de trabalho na AMPB;
- Reuniões de trabalho com a AINTAR;
- Reuniões com a CIM Dão Lafões;
- Reuniões com a CCDRC, nomeadamente com o Sr. Engº Santiago da CCDRC;



No âmbito do apoio protocolar e financeiro a diferentes Instituições registamos os seguintes:

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Centro Cultural e Desportivo do Tourigo, até ao montante de 9 243,45€, para apoio na realização à realização dos trabalhos necessários para a instalação dos equipamentos de segurança e proteção contra incêndios;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação Folclórica do Tourigo, até ao montante de 9 507,90€, como apoio à realização dos trabalhos necessários para instalação dos equipamentos de segurança e proteção de incêndios;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a ANCU – Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, no montante de 5 000,00€, para apoio na disponibilização de serviço médico a ser prestado aos antigos combatentes;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a ARCAPA, no montante financeiro de 5 000,00€ e 300,00€ em espécie, no âmbito das realização do trail “Rota Dos Espigueiros”;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Casa do povo de Campo de Besteiros até ao montante de 3 960,60€, para apoio na aquisição e assentamento de janelas para as suas instalações;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Grupo de Voluntariado Comunitário da Liga Portuguesa Contra o Cancro, até ao montante de 985€, para apoio aquando do concerto solidário com Samuel Úria e Ana Bacalhau, nas despesas inerentes ao alojamento e restauração dos artistas convidados;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Assol, no valor de 5 400€, para apoio ao projeto GAPRIC;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Confraria Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, até ao montante de 1 217€, para as atividades da semana gastronómica do cabrito de 2023;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Cooperativa Terras de Besteiros, até ao montante de 10 000€, no âmbito do programa operacional de apoio a pessoas mais carenciadas;
- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Centro Cultural e Desportivo do Tourigo, até ao montante de 9 353,27€, sendo: 941, 35€ para



apoio no arranjo da caixa multibanco, localizada na sede do centro, a pagar em 2023 e 8 411,92€, para apoio ao empréstimo das obras da sede do Centro, sendo: 1 529,44€ pagos no ano de 2023, e o montante de 2 294,16€, em cada um dos anos de 2024, 2025 e 2026;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação Cultural e Recreativa do Lagedo, no valor de 4 772,35€, para apoio na substituição da instalação elétrica da sede;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Cândido de Figueiredo, para apoio no funcionamento das atividades da componente de apoio à família, no valor de 27 200€, sendo 13600€ para pagamento em 2023 e 13 600€ em 2024;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Clube Desportivo e Recreativo de Múceres, no valor de 3 862€, para apoio nas despesas inerentes a alimentação do projeto UA.LABDESIGN 2023;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Casa do Povo de Tondela, no valor de 6 050€, para apoio no projeto “Comunidades Geração”, desde o final do seu financiamento pelo POISE (31 de março) até 31 de julho;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Assodrec, para apoio no remanescente da candidatura ao PARES 3.0, relativo ao projeto 54602- Viseu, até ao valor total de 117 000€, sendo para pagamento: 9 000€ em 2023, 36 000€ em 2024, 36 000€ em 2025 e 36 000€ em 2026;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e o Centro Social Paroquial de S. Salvador de Tonda, para apoio no remanescente da candidatura ao PARES 3.0, relativo ao projeto 74701- Viseu, até ao valor total de 117 000€, sendo o seu pagamento: 9 000€ em 2023, 36 000€ em 2024, 36 000€ em 2025 e 36 000€ em 2026;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação Cultural Desportiva e recreativa da Póvoa da Catarina, no valor de 4 500€, para apoio nos trabalhos necessários para a melhoria das instalações de segurança contra incêndios;

- Protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha, no valor de 5 000€, para apoio à realização das atividades do Centro de Animação Local;



- Protocolo aprovado entre o Município de Tondela e Centro de Desenvolvimento Sociocultural e Desportivo Pedra do Cuco até ao valor de 553,50€, para realização de obras no exterior da sede, com vista à melhoria das suas condições;
- Protocolo aprovado entre o Município de Tondela e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica com vista a estabelecer os termos e condições de cooperação entre o Município e a ASAE, por forma a garantir a melhoria da segurança alimentar das refeições escolares fornecidas nos refeitórios de responsabilidade municipal; sensibilizar e capacitar a população escolar, em especial, e a comunidade educativa, em geral, em matéria de higiene e segurança alimentar.

É, neste contexto, que apresentamos o presente documento com as atividades realizadas pela Câmara Municipal de Tondela, no período supra referenciado.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

3.1- Requalificação Urbana, Vias, Mobilidade, Ambiente e Fundos Comunitários, Urbanismos e Planeamento

3.1.1-Departamento de Ambiente, Alterações Climáticas e Fundos Comunitários

- Estratégia Municipal Sustentabilidade Energética em parceria com o IPV-recolha de dados
- Coordenação da realização de análises nos fontanários,
- Intervenções realizadas pelos serviços de energia nas diferentes estruturas, mas, essencialmente, no parque escolar e eventos.
- Execução de trabalhos de manutenção das redes de águas pluviais.
- Abertura de procedimento para a elaboração de projeto da recuperação da Ribeira de Dardavaz e execução de bacias de retenção de águas pluviais

Fundos Comunitários e apoios financeiros externos

- Submissão dos pedidos de pagamento do CTE e Frente Ribeirinha;
- Submissão da reprogramação física da rede de água ao Caramulo;



- Submissão de despesa da E.S. de Tondela;
- Submissão de despesa do Sucesso Educativo da E.S Tondela:
- Submissão da reprogramação da EB 0;
- Submissão da despesa da área de acolhimento empresarial referentes aos 4 lotes da ZIM da Adiça:
- Submissão do relatório final do POSEUR.
- **PCQA – Fontanários de origem única**
- Limpeza de captações de água, zonas envolventes e depósitos.

Serviços Higiossanitários:

- Registadas 108 ocorrências, entre atropelamentos, resgates e recolhas, das quais 60 solucionadas;
- Recolha de cadáveres: 7 gatos, 3 cães, 1 texugo;
- Residentes no canil: 1 gato e 23 cães;
- Adotados: 36 gatos e 28 cães;
- Esterilizados: 17 gatos e 8 cães;

Serviços de energia:

- Proposta de abertura de procedimento e elaboração das peças contratuais para Fornecimento e instalação de ar condicionado no CROA Tondela
- Elaboração de procedimento de aquisição de energia elétrica para eventos -> Iluminação de Natal
- Elaboração de Requisições para Aquisição de Bens de Serviços
- Acompanhamento dos trabalhos referentes à adaptação da instalação elétrica dos JI de Santiago de Besteiros, Tonda, Molelos e São Miguel do Outeiro, com vista ao aumento de potência
- Faturação Luzboa -> Acompanhamento e monitorização do contrato de fornecimento de energia elétrica das respetivas faturas e consumos
- Faturação Águas do Planalto -> Acompanhamento e monitorização do contrato de água das respetivas faturas e consumos
- Faturação Combustíveis -> Acompanhamento e monitorização do contrato de aquisição de combustíveis rodoviários e respetivas faturas e consumos



Elaboração de processo de ampliação de rede iluminação pública:

- > VNRainha-Gândara-Rua Pinoco
- > Tondela - Quinta da Cova
- > Canas Sta Maria - Naia - Av. 4 de Junho
- > Tondela - Alto Pendão
- > Lajeosa - Vinhal Rua Alto da Laje
- > Dardavaz - Trv Casal Queimado
- > Canas Sta Maria - Rua dos Outeirais
- > Parada de Gonta - Rua dos Caçadores

Reporte de avarias na iluminação pública

- > Tonda – Rua São Miguel
- > Campo de Besteiros – Rua vale da Barroca
- > UF Tondela/Nandufe – Rua do Castelo
- > UF SM Outeiro/Sabugosa – Rua da Capela
- > UF SM Outeiro/Sabugosa – Rua N. Sr.^a das Candeias
- > Campo de Besteiros – Rua Hélder Ribeiro Gomes
- > Campo de Besteiros – Praça da República
- > UF Caparrosa /Silvares – EN Paranho
- > UF Mouraz/VN Rainha – Rua José Gonçalves Rodrigues
- > UF Mouraz/VN Rainha – Rua Pinhal da Quinta
- > UF Tondela /Nandufe – Rua Fundo do Lugar
- > UF Tondela/Nandufe – Quinta da Ínsua
- > Lobão – Beco do Carril
- > Lobão – Av. Dr. Gonçalves da Silva e Cunha
- > Molelos – Av. Ponde Pedrinha
- > UF Tondela/Nandufe – Rua Dr. Simões de Carvalho
- > UF Tondela/Nandufe – Rua da Pontinha
- > UF Tondela/Nandufe – Rua Dr. Teófilo da Cruz
- > Campo de Besteiros – Rua Pioneiros da Avicultura
- > Lageosa – Rua da Ponte
- > Canas Sta. Maria – Rua da Moita



- > Canas Sta. Maria – Av. de São Pedro
- > Canas Sta. Maria – Rua do Outeirais
- Tonda – Rua Nova
- > Tonda Travessa da Rua Nova
- > UF Tondela/Nandufe – Rua Dr. Abel Lacerda
- > Canas Sta. Maria – Rua das Escadinhas
- > UF Tondela/Nandufe – Rua Prof. Júlio Fontes
- > Canas Sta. Maria – Rua da Circunvalação
- > Canas Sta. Maria – Av. Bela Vista
- > Dardavaz – Rua Casal Queimado

Elaboração de processo de desvio de apoio BT

- > Rua da Carvalha – Tondela

Elaboração de processo de Desligação de IP

- > Tondela-Carvalhal Rua Chão dos Pinheiros

Intervenções dos Eletricistas

Manutenção e reparação de avarias em infraestruturas Municipais

- > Biblioteca
- > Paços do Concelho
- > Lg Prof Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho
- > Túnel da Ecopista da Povoia da Catarina
- > Sistema Semafórico de Molelos/Cantarinhas
- > Habitação Social - Colmeeiras
- > Escola Secundária de Molelos
- > JI de Sabugosa
- > Escola Secundária de Tondela
- > Piscinas de Campo de Besteiros
- > Central de Camionagem
- > Estaleiro
- > Parque Urbano
- > Escola de Barrô



- > Escola de Caramulo
- > JI de Lobão
- > Escola de Tourigo
- > EB0 de Tondela
- > Pavilhão de Caramulo
- > JI de Santiago
- > JI Campo de Besteiros
- > CROA Tondela
- > JI Molelos
- > Pavilhão de Tondela
- > Captação de água de Carvalhal da Mulher

Eventos – FEDERART-> montagens e eletrificação e posterior desmontagem da instalação elétrica necessária para o evento.

3.1.2-Departamento de Acessibilidades, Mobilidade, Equipamentos e Materiais

Requalificação da ZIM da Adiça, nomeadamente:

- Lote 3- "Construção de Infraestruturas - Infraestruturação do Arruamento Nascente".

Os trabalhos encontram-se praticamente concluídos faltando "remates" e algumas pinturas rodoviárias;

- Articulação técnica entre os serviços do Município e o IP sobre Estrada Regional (ER) 230, no sentido do cumprimento das ações consideradas acordadas com o Município e as Infraestruturas de Portugal, a fim de melhorar as condições de segurança da via.

- Ampliação da ZIM do Lajedo-acompanhamento do concurso e submissão visto para Tribunal de Contas

- Conclusão dos projeto e concurso de pavimentação da estrada de ligação Vale do Lobo-São João do Monte

- Elaboração do projeto de pavimentação da estrada de ligação a Jueus

- Projeto pavimentações em Caparrosa

- Projeto pavimentação da rua do Lameirinho-Botulho



- Início da elaboração do projeto de alargamento da Ponte de Tabuaça
- Início da elaboração de projeto de alargamento do pontão em Molelinhos

Intervenções realizadas pela brigada de Calceteiros

Serviço /Local	Freguesia
Reposição de valas (Muna)	Santiago de Besteiros

Intervenções realizadas pela brigada de trolhas

Serviço/Local	Freguesia
Colocação tabela de basquete (Pavilhão Municipal)	U.F. Tondela/Nandufe
Colocação tampa de águas pluviais ZIM Adiça	U.F. Mouraz/V.N. Rainha
Reparação de estores e outros serviços	U.F. Tondela/Nandufe
Colocação de caleiras, chapas na cobertura, pintura do edifício e revestimento de paredes WC e Transportes	U.F. Tondela/Nandufe
Colocação tabela basquete no Pavilhão Municipal Tondela	U.F. Tondela/Nandufe
W.C. J. Infância Lobão Beira (desenravar w.c. e colocar novas tampas sanita)	Lobão Beira
Mudar mobiliário do Jardim de Infância Alvarim p/ Jardim de Infância Barrô	Dardavaz
Arranjo do Pavilhão Desportivo	Campo Besteiros
Reparação de buracos nas paredes do Pavilhão Municipal Tondela	U.F. Tondela/Nandufe
Mudar livros da Escola Profissional Tondela para Arquivo Municipal	U.F. Tondela/Nandufe
Transporte de areia do Estaleiro municipal para J.I. Sabugosa	U.F. S.M. Outeiro/Sabugosa
Rebaixar entrada de passeio no Posto da GNR	U.F. Tondela/Nandufe
Preparação de espaço e colocação de paragem de autocarro Póvoa R. Alves	Tonda
Rebaixamento de passeios no Jardim de Águas	U.F. Tondela/Nandufe
Reparação de aqueduto na EN230 Campo Besteiros - Caramulo	Campo Besteiros
Remoção de bomba de água e reparação de rutura - Carvalhal da Mulher	U.F. Caparrosa/Silvares



Reparação de paredes interiores do Museu Terra de Besteiros	U.F. Tondela/Nandufe
Reparação de W.C.'s públicos	U.F. Tondela/Nandufe
Cortar e reparar buracos junto à Escola Preparatória Tondela	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza sistema drenagem Centro Escolar Tondela	U.F. Tondela/Nandufe
Abertura de vala nas traseiras do Pavilhão Municipal	U.F. Tondela/Nandufe
Ligação de águas pluviais e esgoto no CRO	U.F. Tondela/Nandufe
Preparação de entrada para desvio de Águas pluviais	Parada de Gonta

Intervenções realizadas pela equipa de apoio a eventos

Eventos/local	Freguesia
Montagem barraca metálica Dornas	U.F. S.J. Monte/Mosteirinho
Montagem barracas Parque Urbano p/ Feira das Velharias	U.F. Tondela/Nandufe
Montagem palco Caramulo	Guardão
Transporte de grades do Caramulo para Mortágua	Guardão
Transporte material para o Parque Urbano para o Evento FEDERART	U.F. Tondela/Nandufe
Montagem de bancos no Recinto da FICTON	U.F. Tondela/Nandufe
Montagem de barracas para festa do Frango	U.F. Vilar B./Mosteiro F.
Reparação de portas e colocação de fechaduras Novas Escola Caramulo	U.F. S.J. Monte/Mosteirinho
Transporte grades ferro	Santiago Besteiros
Montagem de palco com aplicação de alcatifa e colocação cadeiras	U.F. Tondela/Nandufe
Montagem barracas S. Simão	Lobão Beira
Montagem barracas para Festa da Castanha - Múceres	Castelões
Montagem barracas S. Simão - Borrhalhal	U.F. Barreiro/Tourigo
Montagem barraca cemitério	Tonda
Montagem barracas madeira para Feira do Artesanato (Parque Urbano)	U.F. Tondela/Nandufe
Montagem barracas metálicas (Muna)	Santiago Besteiros
Montagem palco para Festival das Sopas	Santiago Besteiros

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Transporte grades para Escola Básica Tondela (cortamento)	U.F. Tondela/Nandufe
---	----------------------

Intervenções realizadas pelas brigadas de Vias

Serviço/local	Freguesia
Limpeza vias EM 1580	Castelões
Manutenção de vias - limpeza de valetas e aquedutos EN 230 Caramulo - Campo B.	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza Urbana	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de vias (Asfalto) Botulho	Molelos
Manutenção de vias (asfalto)Caparrosa	U.F. Caparrosa/Silvares
Desobstrução de vias Litrela e Estrada Caramulo - Campo Besteiros	Santiago/Guardão
Desobstrução de vias Caparrosa	U.F. Caparrosa/Silvares
Manutenção de vias (Asfalto) CRO	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza estrada da Chancela	Dardavaz
Limpeza Urbana(Av. Sá Carneiro e Jardins de Água)	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de vias -Tout-venant (Laceiras a Jueus) CM1515	Guardão
Arranjo Caminho em Nandufe	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de Vias (Asfalto)	Campo Besteiros
Manutenção de vias (Asfalto) S.J. do Monte	U.F.S.J. Monte/Mosteirinho
Limpeza faixa de contenção - Póvoa do Lobo (Alvarim)	Dardavaz
Manutenção de vias (Limpeza passeios) ZIM Adiça	U.F. Mouraz/V.N. Rainha
Manutenção de vias (Asfalto)	Lobão da Beira
Reposição de tout-venant na vala de esgotos e travessias de Muna	Santiago Besteiros
Manutenção de Vias (Asfalto)	Dardavaz
Manutenção de Vias (Asfalto)	Santiago Besteiros
Manutenção de Vias (Asfalto)	Tonda/Lobão
Manutenção de Vias (Asfalto)	U.F. Vilar B./Mosteiro Fráguas
Limpeza Urbana - Adiça	U.F. Mouraz/V.N. Rainha
Limpeza Urbana Rua do Rebelo - Travessa Quinta da Ribeira	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de Vias (Asfalto)	Parada de Gonta



Manutenção de vias (Asfalto) junto à seg. Social	U.F. Tondela/Nandufe
Desobstrução de vias S. Gemil	Lajeosa
Manutenção de vias - Corte de mimosas e outras árvores que se encontravam a obstruir a via	Caparrosa - Fial
Corte de árvores caídas devido ao mau tempo na Escola básica e Centro Saúde Tondela	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza Urbana (Alambique)	U.F. Mouraz/V.N. Rainha
Limpeza Urbana (reta do Lidl)	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza Urbana ZIM Adiça	U.F. Mouraz/V.N. Rainha
Manutenção de vias (Asfalto)	Molelos
Manutenção de vias (Asfalto) M627	Tondela/Caparrosa
Manutenção de vias (Asfalto) Centro C. e Transportes	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de vias (Asfalto) - Carvalhal, Ermida e Tondela	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de vias (Asfalto)	U.F. Tondela/Nandufe
Manutenção de vias (Asfalto)	U.F. Mouraz/V.N. Rainha
Corte e limpeza de árvores caídas (Escola B. Tondela e Centro de Saúde)	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza da zona envolvente do CRO	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza faixa contenção EM627	U.F. Vilar Besteiros/Mosteiro Fráguas
Limpeza do lago do jardim frente ao tribunal	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza Urbana	U.F. Tondela/Nandufe
Limpeza Urbana	U.F. Tondela/Nandufe

Intervenções realizadas pela equipa de jardinagem e limpezas urbana

- Manutenção dos jardins e espaços verdes;
- Limpeza urbana;
- Limpeza e manutenção de sarjetas e grelhas de águas pluviais;

Proteção civil

- Reunião de articulação com o Centro Hospitalar Tondela/Viseu, Bombeiros e Serviços de Proteção Civil no sentido de se preparar a realização de um simulacro no Hospital Cândido de Figueiredo;
- Reuniões de trabalho com os corpos de bombeiros do concelho;



- Realização de procedimento concursal visando a eliminação dos ninhos da vespa velutina;
- Realização de algumas vistorias para recintos improvisados juntamente com o urbanismo;
- No âmbito das suas competências o Serviço Municipal de Proteção Civil monitorizar as tempestades que acontecerem durante o período 19SET23 e 30NOV23;
- No período compreendido entre 19SET23 e 30NOV23 foram eliminados 370 ninhos de vespa velutina.

3.1.3-Urbanismo e Planeamento Urbano

- Continuação da realização de reuniões sectoriais tendo em vista a operacionalização da revisão do Plano Diretor Municipal com especial incidência na CCRDC;
- Fase de acabamentos das obras do CTE. Falta a entrega do PT e PS (Posto de Seccionamento) por não se encontrarem disponíveis no mercado;
- Obras da Frente Ribeirinha aguardam-se as correções elencadas na vistoria da recção provisória;
- Concluídas as obras das Extensões de Saúde de Canas de Stª Maria;
- Loja do Cidadão e USF de Tondela encontram-se em preparação física – mudança para instalações provisórias – para dar início aos trabalhos de empreitada, tendo sido efetuadas reuniões nos locais com a AT, de modo a dar início às respetivas mudanças;
- Obras de Requalificação/ampliação do Cemitério Municipal, encontram-se concluídas, com receção provisória;
- Conclusão das obras do CROA -Centro de Recolha Oficial Animal;
- Aprovada a sinalização vertical em todo o concelho com registo fotográfico e georreferenciado;
- Desenvolvimento de trabalhos em articulação com as Juntas de Freguesias no sentido de, no mais curto espaço de tempo, aprovar a toponímia das freguesias,

BUPI



O projeto Bupi, em desenvolvimento no nosso concelho, chegou a novembro com um total de 35.304 processos de RGG finalizados, atingindo com este valor mais de 29% de matrizes georreferenciadas. É importante referir que o financiamento do projeto terminou e que isso se refletiu na operacionalização do mesmo.

Até 30 de setembro, data de término do financiamento, foram finalizados 35.170 RGG's, desde essa data até ao presente, este serviço é financiado a 100% pelo Município e foram finalizados mais 534 processos.

3.2-Cultura e Associativismo

- Participação nos aniversários da Associação Cultural e Recreativa do Penedo e do Grupo Cultural e Recreativo de Canas de Santa Maria;
- Participação no II festival de sopas da Associação Cultural e Recreativa da Póvoa do Arcediago;
- Reuniões de trabalho tendo em vista a finalização da Carta Associativa do Concelho;
- Presença no jantar comemorativo dos 41 anos da Arca;
- Participação no magusto solidário da Santa Casa da Misericórdia do Vale de Besteiros;
- Abertura da exposição no museu Terras de Besteiros relativa à "Festa das Cruzes";
- Abertura da exposição no museu Terras de Besteiros de Presépios que foram pertença do Padre Rocha;
- Reunião da Rede Nacional de Património Imaterial, no Palácio da Ajuda, no âmbito do acompanhamento das candidaturas da Louça Preta de Molelos e Festa das Cruzes na sua inserção no Inventário Nacional de Património Imaterial;
- Colocação, em discussão pública, da proposta de Regulamento de Funcionamento/disponibilização do Auditório Municipal;
- Participação realizada na Assembleia da República sobre mostra do Barro Negro de Molelos;
- Continuação do trabalho de recolha de todo o historial relativo aos elencos camarários desde outubro de 1910;
- Participação no Colóquio sobre Ana de Gonta Colaço em Parada de Gonta;
- Presença no arranque do FINTA;



- Reunião com a família Aurélio Soares Calçada a propósito do prémio com o mesmo nome;
- Reunião de trabalho com a ACERT.

3.3-Património Cultural e Natural

- Realização de sessões de divulgação sobre a Festa das Cruzes, no âmbito da candidatura ao INPI da Festa das Cruzes;
- Monitorização de monumentos e polos do Museu Terras de Besteiros;
- Início do procedimento com vista a inserção da “Construções de Pedra Seca” (muros, levadas e caleiros) do Caramulo no Inventário nacional de Património Imaterial.

3.4-Turismo

- Realização da Grande Rota do Caramulo com a presença de um número muito significativo de participantes;
- Acompanhamento do funcionamento das Termas de Sangemil;
- Reunião de trabalho com vista a conformar a futura candidatura da requalificação do edifício das termas de Sangemil;
- Reuniões de trabalho no âmbito do projeto “Marruge – Eco Village”;
- Participação no projeto Jueus – No âmbito da iniciativa Aldeias de Portugal;
- Comemoração do “Dia Nacional do Peregrino”;
- Reunião na CIM VDL sobre o projeto “Aldeias da Serra do Caramulo”;
- Presença na apresentação da “Carta Gastronómica do território da ADICES”;
- Presença e participação no IX Colóquio dos Caminhos de Santiago em São Pedro de Rates – Póvoa de Varzim.

3.5-Educação

Concluído o primeiro trimestre referente ao ano letivo de 2023/2024 é hora de efetuar o balanço sobre o início do ano escolar até ao presente.

Foram levadas a cabo diversas atividades, nomeadamente:

- Avaliação das intervenções a realizar nos Jardins de Infância de Campo de Besteiros e São Miguel do Outeiro bem como nas Escolas EB1 de Lobão da Beira e Canas de Santa Maria;



- Continuação das intervenções na antiga escola primária de Barrô onde passou a funcionar a segunda sala do Jardim de Infância de Santiago de Besteiros;
- Realização de reuniões de trabalho com a FPF/AFV relativamente ao Projeto "A Hora dos SuperQuinas", projeto de intervenção nas AEC do 1º Ciclo;
- Reunião com a Associação de Andebol de Viseu, no âmbito do âmbito do projeto "Andebol 4 Kids";
- Reunião de trabalho com os agrupamentos de escolas visando avaliar e operacionalizar as diferentes solicitações;
- Continuação das intervenções na Escola Secundária de Tondela;
- Acompanhamento permanente dos serviços de informática junto dos diferentes estabelecimentos de ensino;
- Reuniões de trabalho em ordem à elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal.
- Participação nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Cândido de Figueiredo e Tomás Ribeiro;
- Elaboração das normas de funcionamento do concurso de desenhos alusivos ao cinquentenário do 25 de abril;
- Elaboração das normas de funcionamento do concurso de escrita do Festival "Montanha Literária" na componente direcionada para o público escolar.
- Participação, através da CIM VDL, no diagnóstico dos ambientes alimentares de acordo com a identidade alimentar territorial;
- Presença, em Lisboa, na cerimónia de Concurso de Provérbios acompanhando dois alunos da escola secundária de Molelos, professora e diretora de agrupamento Cândido de Figueiredo;
- Participação em reunião de trabalho da Rede de Bibliotecas escolares de Tondela;
- Reuniões de trabalho de preparação do festival literário "Montanha de Literatura".

3.6-Recursos Humanos

- Continuação dos procedimentos administrativos relativos aos concursos de Técnico Superior de Economia e Finanças bem como Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho;
- Reunião do Conselho Coordenador da Avaliação;
- Reuniões no âmbito do projeto +Partilha;



- Abertura de procedimentos.

3.7-Ação Social e Saúde

Tendo em conta que o Município deve ser um parceiro incondicional, presente, atento e diligente com todos aqueles que atuam na área social foram celebrados vários protocolos de apoio municipal com vista à criação dos lares da Associação Social Desportiva Cultural Recreativa de Parada de Gonta (ASSODREC), do Centro Social Paroquial de São Salvador de Tonda e da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo.

A ERPI da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo está orçada em 2,8 milhões de euros, sendo financiada pelo município em 753 mil euros. A Junta de Freguesia local abdicou de investimentos camarários na freguesia nos próximos anos, para a Câmara Municipal financiar este projeto, que terá capacidade para 50 utentes.

O lar da ASSODREC, que servirá 27 idosos, representa um investimento superior a 1,4 milhões de euros, com uma ajuda financeira da autarquia no montante de 117 mil euros. O mesmo valor será transferido para o Centro Social Paroquial de São Salvador de Tonda, cujas obras do lar custarão mais de 1,1 milhões de euros, tendo uma capacidade para acolher 40 seniores.

Os técnicos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Tondela continuam a realizar atendimentos sociais nas diferentes freguesias do concelho. O serviço é dirigido a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, exclusão e emergência social e os beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI). Os técnicos são, também, responsáveis pela avaliação de situações de emergência social de comprovada carência económica, com a atribuição de prestações de carácter eventual, e pelo planeamento e organização de ações de intervenção social.

- Celebração do Dia Mundial da Diabetes com uma palestra que contou como oradora Raquel Rodrigues, médica responsável no concelho pelo projeto “Diabetes em Movimento” numa organização a cargo do “Centro Municipal de Exercício Físico - Saúde e Bem-Estar”.





A iniciativa teve como destinatários não só os participantes dos projetos “Diabetes em Movimento”, do “Centro Municipal de Exercício Físico - Saúde e Bem-Estar” e do “Saúde em Dia”, assim como todos os cidadãos que se associaram e conheceram um pouco mais sobre esta patologia que assola o mundo inteiro.

Atividade Processual desenvolvida:

- Reabilitação habitacional;
- Ação social escolar;
- Atendimentos sociais (Gabinete Ação Social);
- Elaboração de relatórios sociais - Comunicações outras entidades (Tribunais)
- Tarifa Social e familiar (Água, Saneamento e Resíduos Sólidos);
- Realização regular de atendimento em situações de emergência social;
- Realização sistemática de visitas às famílias e indivíduos acompanhados;
- Tarifa Social Água e Saneamento (4 famílias apoiadas);

Transferência de competências no âmbito da Ação Social

- Preparação de documentos estruturais para o funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e da Prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Descentralização dos atendimentos realizados pela equipa técnica nas diferentes Juntas e Uniões de Freguesia;
 - LNES – 6 sinalizações
 - 161 Processos ativos – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
 - 10 acordos de intervenção Social;
 - 14 relatórios enviados a outras entidades;
 - 22 ações isoladas;
 - 35 beneficiários POAPMC;

Habitação – Estratégia Local de habitação

- Reunião com os Presidentes de Junta / Uniões de Freguesia, dias 24 e 25 de outubro
- Atualização de situação dos beneficiários diretos;



- Proposta de inventariação de imóveis, com aptidão para uso habitacional, a realizar pelos respetivos Presidentes de Junta.
- Participação em reunião promovida pela CIMVDL e IHRU, apresentação dos Programas de apoio à Habitação do PRR, dia 31 de outubro;
- Submissão de candidatura para comparticipação a reabilitação habitacional, enquadrada no Regulamento de Habitação e Ação Social;
- Participação na conferência “Sob o Mesmo Teto” – Organização Just a Change, 8 novembro – Fundação Calouste Gulbenkian;

Apoio à natalidade e adoção

- Atendimentos telefónicos de esclarecimento; análise e avaliação de processos.
- Elaboração de informações e informações de despesa (2 meses - 7 750,00€);

Outros

Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação

- Curso NetSénior;
- Campanha de rua de combate à violência doméstica realizada no dia 27 de novembro durante a feira semanal;

Eventos

- Realização da Feira de Antiguidades, velharias e colecionismo – 1º Domingo do mês;
- Comércio e Serviços – Atualização da base de dados;
- Auditório – Gestão do espaço (marcação/apoio na realização de atividades de terceiros);
- Mercado Velho - Gestão do espaço marcação/apoio na realização de atividades de terceiros);

3.8-Desporto e Juventude

O dia 25 de setembro, marcou o início da época letiva da Escola de Natação nas Piscinas de Interior da Piscina Municipal de Tondela e de Campo de Besteiros.

O último fim de semana de setembro foi dedicado ao Desporto, nos dias 29 e 30 de setembro, foi realizada a segunda edição da FEDERAR'T, Feira do Desporto Federado de Tondela, promovida pelo Município de Tondela e organizada pelos Serviços do Desporto.



Este evento, que visa promover o desporto federado que é praticado no nosso Concelho, contou este ano, no dia 29, com a realização do I Fórum do Dirigente Desportivo, este momento de partilha de boas práticas, realizou-se no Auditório do Museu Terras de Besteiros e contou com a participação de mais de 20 dirigentes das diversas instituições do concelho. Já no dia 30 foi realizada no Parque Urbano de Tondela, a mostra propriamente dita, que demonstrou o que de bem se faz, nas 20 modalidades praticadas pelos 14 clubes do concelho, não esquecendo a presença das duas modalidades que são praticadas em nome individual.

No dia 02 de outubro, teve início o programa Diabetes em Movimento, esta atividade inserida no projeto Saúde em Dia, será desenvolvida até junho de 2024 e contará com a monitorização de técnicos de exercício físico e enfermeiros credenciados.

O dia Mundial da Saúde Mental, que se comemora no dia 10 de outubro, foi marcado por uma dinamização realizada nas Piscinas Municipais de Tondela e contou com a adesão de cerca de 30 participantes.

O CMEF-SABE, dinamizou no dia 17 de outubro, no Auditório Municipal de Tondela, uma palestra dedicada à importância de manter hábitos alimentares saudáveis no âmbito da celebração do dia Mundial da Alimentação, que contou com a presença de mais de meia centena de inscritos.

Ainda no mês de outubro, o Clube de Ténis de Tondela, organizou no Court de Ténis do Parque Urbano o I Torneio de Veteranos “Cidade de Tondela”.

Já em novembro, no dia 10, o Mercado Velho de Tondela, acolheu o II Open Nacional de Damas de Tondela, esta prova que é organizada pela Casa do Povo de Tondela em colaboração com a Federação Portuguesa de Damas e com o apoio do Município de Tondela, foi organizada pela segunda vez no nosso concelho e contou com a participação de dezenas de participantes.

No dia 14 de novembro, comemorou-se o dia Mundial da Diabetes e o Gabinete de Desporto do Município, assinalou esta data, organizando uma palestra intitulada “Diabetes: Mitos e Verdades”, que teve como Oradora a médica responsável pelo programa Diabetes em Movimento, Dr.^a Raquel Rodrigues.



Esta palestra contou na assistência com os utentes do CMEF-SABE e com alunos das Escolas Profissional de Tondela e Secundária de Molelos.

O Município de Tondela é um dos Membros Fundadores do Programa Concelhos Ativos e recebeu essa distinção no XXIV Congresso Nacional de Gestão de Desporto, organizado pela APOGESD, que se realizou nos dias 23 e 24 de novembro na Póvoa do Varzim.

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela

- Fátima Carla Antunes Borges -

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 28 de novembro de 2023.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2023 a 28-11-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORRIGIDA	RECETA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (90,96%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECETA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=[3]-90,96%	(5)
Receitas Correntes		24 862 579,06	20 881 202,13 €	83,99%	-6,97%	61,69%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	5 955 901,77	5 051 397,27 €	84,81%	-6,15%	14,92%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	- €	- €	-	-	-
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	324 654,10	359 302,61 €	110,67%	19,71%	1,06%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 428 103,00	1 232 465,11 €	86,30%	-4,66%	3,64%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 030 090,00	12 675 266,40 €	84,33%	-6,63%	37,45%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 905 830,19	1 502 441,65 €	78,83%	-12,12%	4,44%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	218 000,00	60 329,09 €	27,67%	-63,29%	0,18%
Receitas de Capital		24 095 317,50 €	12 966 848,55 €	53,81%	-37,14%	38,31%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	213 258,00 €	32 840,66 €	15,40%	-75,56%	0,10%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13 923 765,68 €	5 151 580,61 €	37,00%	-53,96%	15,22%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	2 206 000,00 €	- €	0,00%	-90,96%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	6 501,00 €	8 885,41 €	136,68%	45,72%	0,03%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00 €	27 750,05 €	2775005,00%	2774914,04%	0,08%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 745 791,82 €	7 745 791,82 €	100,00%	9,04%	22,88%
TOTAL GERAL		48 957 896,56	33 848 050,68	69,14%	-21,82%	100,00%



Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 69,14%, apresentando-se com um desvio negativo de 21,82%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes representam aproximadamente 62% do valor da receita total cobrada, continuando a destacar-se claramente a rubrica das transferências correntes como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total, com uma percentagem de 37,45%. De destacar o grau de execução da rubrica de taxas, multas e outras penalidades com um desvio positivo de 19,71%.

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo na ordem dos 37%, representando um total de receita cobrada bruta no valor de 12 966 848,55€. A rubrica das transferências de capital, é aquela que apresenta o maior peso em relação à estrutura das receitas de capital, com um valor percentual de 15,22 % face às receitas totais.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2023 a 28-11-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (90,96%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100%	(4)=(3)-90,96%	(5)
Despesas Correntes		29 598 379,43	19 663 450,37	66,43%	-24,52%	78,61%
01	Despesas com Pessoal	10 745 770,00 €	8 464 576,84 €	78,77%	-12,19%	33,84%
02	Aquisição de Bens e Serviços	13 207 101,96 €	7 157 840,89 €	54,20%	-36,78%	28,61%
03	Juros Outros Encargos	64 490,00 €	48 689,56 €	75,50%	-15,46%	0,19%
04	Transferências Correntes	5 473 333,47 €	3 950 400,25 €	72,18%	-18,78%	15,79%
06	Outras Despesas Correntes	107 684,00 €	41 942,83 €	38,95%	-52,01%	0,17%
Despesas de Capital		19 359 517,13	5 351 524,29	27,64%	-63,32%	21,39%
07	Aquisição de Bens de Capital	14 282 526,70 €	3 566 112,53 €	24,97%	-65,99%	14,26%
08	Transferências de Capital	4 336 092,43 €	1 092 163,36 €	25,19%	-65,77%	4,37%
09	Ativos Financeiros	18 094,00 €	- €	0,00%	-90,96%	0,00%
10	Passivos Financeiros	721 303,00 €	693 248,40 €	96,11%	5,15%	2,77%
11	Outras Despesas de Capital	1 501,00 €	- €	0,00%	-90,96%	0,00%
TOTAL		48 957 896,56	25 014 974,66	51,09%	-39,86%	100,00%

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, conclui-se que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 51,09%, com uma diferença negativa, face ao desvio padrão, de aproximadamente 40%.

Observando os dados apresentados, verifica-se que as despesas com o pessoal e as aquisições de bens e serviços, são as que continuam a representar maior peso na execução da despesa total (33,84% e 28,61%), apresentando nesta fase, taxas de execução de aproximadamente 79% e 54%, respetivamente.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - COMPROMISSOS

Período 01-01-2023 a 28-11-2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		29 598 379,43	27 273 809,90	92,15%
01	Despesas com Pessoal	10 745 770,00 €	10 080 851,46 €	93,81%
02	Aquisição de Bens e Serviços	13 207 101,96 €	11 853 071,88 €	89,75%
03	Juros Outros Encargos	64 490,00 €	63 030,06 €	97,74%
04	Transferências Correntes	5 473 333,47 €	5 183 345,63 €	94,70%
06	Outras Despesas Correntes	107 684,00 €	93 510,87 €	86,84%
Despesas de Capital		19 359 517,13	13 581 868,01	70,16%
07	Aquisição de Bens de Capital	14 282 526,70 €	9 039 529,38 €	63,29%
08	Transferências de Capital	4 336 092,43 €	3 805 169,82 €	87,76%
09	Ativos Financeiros	18 094,00 €	18 093,78 €	100,00%
10	Passivos Financeiros	721 303,00 €	719 075,03 €	99,69%
11	Outras Despesas de Capital	1 501,00 €	- €	0,00%
TOTAL		48 957 896,56	40 855 677,91	83,45%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, encontra-se comprometido cerca de 92% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital, esse valor situa-se na ordem dos 70%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução situa-se nos 83,45%, representando um valor total de compromissos assumidos de 40 855 677,91 €.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, artigos aprovados na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2023, na reunião do dia 17 de dezembro de 2022, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Face ao anteriormente exposto, verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 21-09-2023 e 28-11-2023.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 21-09-2023 a 28-11-2023					
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal)</i>					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2024	2025	2026	2027	Seguintes
Renovação do Contrato EA n.º 6512251 - Microsoft	61 222,29 €	61 222,29 €			
BVT - Funcionamento EIP nº 3	45 000,00 €	45 000,00 €	30 000,00 €		
Aquisição e transporte de fruta Fresca, para o ano letivo de 2023/2024 - A	9 036,29 €				
Aquisição e transporte de fruta Fresca, para o ano letivo de 2023/2024 - B	738,00 €				
Prestação de serviço de gestão financeira da plataforma SIGA	12 000,00 €	12 000,00 €			
Associações Pais e Enacregados de Educação de Tondela - Protocolo de Apoio âmbito CAF	13 600,00 €				
CCDTourigo - Protocolo apoio pagamento empréstimo obras	2 294,16 €	2 294,16 €	2 291,16 €		
ASSODREC - Protocolo de Apoio no âmbito candidatura PARES 3.0	36 000,00 €	36 000,00 €	36 000,00 €		
Centro Social São Salvador Tonda - Protocolo de Apoio no âmbito candidatura PARES 3.0	36 000,00 €	36 000,00 €	36 000,00 €		
Fornecimento de Combustível ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_02/2020- Lote 1- Aquisição de combustíveis rodoviários, designadamente gasolinas e gasóleo, em postos de abastecimento públicos, com cartão eletrónico de abastecimento	5 825,07 €				
Fornecimento de Combustível ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_02/2020- Lote 1- Aquisição de combustíveis rodoviários, designadamente gasolinas e gasóleo, em postos de abastecimento públicos, com cartão eletrónico de abastecimento	3 668,86 €				
Fornecimento de Combustível ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_02/2020- Lote 1- Aquisição de combustíveis rodoviários, designadamente gasolinas e gasóleo, em postos de abastecimento públicos, com cartão eletrónico de abastecimento	794,04 €				
Refeições Escolares em Cantina ao abrigo do Acordo Quadro (AQ_CPI_01/2021)	489 021,06 €				
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saúde em Dia - Assoc. Mosteiro de fraguas	344,00 €				
Transportes escolares em táxi, no ano letivo 2023/24- Lotes	15 570,01 €				
Fornecimento de Refeições Escolares às EB1 e Jardins de Infância para o ano letivo 2023/2024	8 269,18 €				
Fornecimento de Refeições Escolares às EB1 e Jardins de Infância para o ano letivo 2023/2024 - Lote 7	90 823,47 €				

Fornecimento de Refeições Escolares às EB1 e Jardins de Infância para o ano letivo 2023/2024 - Lote 4	17 215,46 €			
Fornecimento de Refeições Escolares às EB1 e Jardins de Infância para o ano letivo 2023/2024 - Lote 8	23 544,93 €			
Fornecimento de Refeições Escolares às EB1 e Jardins de Infância para o ano letivo 2023/2024 - Lote 8	9 545,19 €			
Transportes escolares em táxi, no ano letivo 2023/24- Lotes	9 887,24 €			
Eliminação dos ninhos de Vespa Velutina	8 787,40 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia de Parada de Gonta	688,00 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia do Campo de Besteiros	688,00 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia de S.M. Outeiro e Sabugosa	2 752,00 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia de Mouraz V.N. Rainha	1 720,00 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia de Lobão da beira	688,00 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia de Canas de santa maria	688,00 €			
Protocolo de Apoio no âmbito do Projeto Saude em Dia - Freguesia de Tondela Nandufe	1 720,00 €			
Transportes escolares em táxi, no ano letivo 2023/24- Lotes	11 211,06 €			
Transportes escolares em táxi, no ano letivo 2023/24- Lotes	2 689,11 €			
Transportes escolares em táxi, no ano letivo 2023/24- Lotes	7 796,14 €			
Revisão dos Elevadores (Abrigo DL 21/2019)	906,51 €	988,92 €	824,10 €	
Fornecimento contínuo de material elétrico	15 052,23 €			
Serviços de Detecção de Intrusão, incêndio e Vídeo-Vigilância, aos vários edifícios da Câmara Municipal	20 663,88 €	20 663,88 €	9 559,65 €	



4. PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O princípio do equilíbrio orçamental, determina que "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes".

Para efeitos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 83.º da mesma Lei, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

No quadro seguinte apresenta-se a situação do Município de Tondela à data de 28-11-2023:

Relativamente ao período em questão, podemos constatar que o Município, não cumpre com a regra de equilíbrio na fase da previsão ou dotações corrigidas, mas que, no que concerne à fase de execução, cumpre com a regra de equilíbrio, apresentando uma margem face ao limite das despesas correntes de 365 765,42€.

CONTROLO REGRA EQUILIBRIO 2023			
<i>controlo efetuado a 28-11-2023</i>			
RUBRICAS	ORÇAMENTO INICIAL		EXECUÇÃO ATUAL
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	
Receita Corrente	24 660 713,06 €	24 862 579,06 €	20 881 202,13 €
Despesa Corrente	23 978 848,63 €	29 598 379,43 €	20 059 590,25 €
Média Amort. Empréstimo - Atual	455 846 46 €	455 846 46 €	455 846,46 €
	226 017 97 €	-5 191 646 83 €	365 765,42 €

CONCLUSÃO

Estando temporalmente situados, na reta final do ano económico de 2023, considerando a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, face à periodicidade de algumas receitas e despesas, pode-se concluir que o indicador da receita se encontra abaixo do valor padrão, com um desvio negativo de aproximadamente 22%. No que diz respeito ao indicador da despesa, este apresenta um desvio negativo mais significativo, com um valor percentual situado perto dos 40%. Relativamente aos compromissos assumidos, constata-se que estes se encontram na ordem de percentagem de 83,45% face aos valores da dotação corrigida.

No que concerne ao princípio do equilíbrio orçamental, à data de elaboração do presente relatório, o Município não cumpre com a regra de equilíbrio na fase da previsão ou dotações corrigidas, mas que na fase da execução, este encontra-se cumprido, com uma margem de 365 765,42€.

Tondela, 28 de novembro de 2023

A Divisão de Economia e Finanças,

Assinado por: **TIAGO ANDRÉ TAVARES**

RODRIGUES

Num. de Identificação: 12270783

Data: 2023.11.29 11:53:28+00'00'



Assembleia Municipal de Tondela

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Senhor Presidente da AM
E na sua pessoa os restantes membros da mesa
A Senhora Presidente da CMT e na sua pessoa todos os membros do
executivo aqui presentes,
Os Senhores deputados municipais e Presidentes de Junta
Não podia deixar de também saudar a distinta funcionária da CMT
Isabel Estrela
Senhores membros do Orgão de comunicação social
Meus Sr.s e minhas Sr.as

Seria um homem 'mais feliz se hoje viesse aqui simplesmente desejar
Festas felizes a todos os presentes e aos que lá em casa nos
acompanham, mas não, venho aqui mais uma vez solicitar
informações sobre assuntos que embora sejam do interesse das
populações, continuam sem resposta.

Já várias vezes trouxemos à colação alguns destes assuntos e
prontamente fomos informados que estavam para breve, só que o
breve, tem-se tornado cansativamente longo.

Por isso e em jeito de balanço de fim de ano, vimos mais uma vez
solicitar à Senhora Presidente da Câmara que informe a Assembleia
sobre este assuntos, pois além de se arrastarem há bastante tempo, ao
folhearmos o orçamento para 2024, não vislumbrámos nenhuma
referência.

- Em que ponto se encontram as negociações com a tutela, sobre o
caminho de acesso à Central hidroeléctrica dos Pisões, assunto
abordado há mais de um ano, precisamente desde 23/09/2022.
- Em que ponto se encontram as obras de conservação das Reservas
do Museu Terras de Besteiros, pois há mais de um ano que se
encontram uns andaimes e uma vedação que entretanto já apodreceu
e caiu na via pública. Assunto abordado em 17/12/2022, ou seja
também há mais de um ano.

- Em que ponto se encontra a resolução para o trânsito e estacionamento caótico na zona envolvente ao parque de jogos do Sporting Clube de Nandufe, sobretudo em dias de treinos e jogos das camadas jovens do CDT ou dos jogos do SCN, pois ainda no passado fim-de-semana, os moradores tiveram que fazer gincana para passarem na Rua dos Fundadores do Sporting Clube de Nandufe, na Rua do Futebol e na Avenida Humberto Delgado, ora para se desviarem do estacionamento anárquico, dos montes de folhada outonal ou dos buracos no pavimento.

Um outro assunto que também há precisamente 1 ano trouxemos a esta Assembleia, tem a ver com as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Na altura o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, até respondeu que além do 25 de Abril, podíamos também comemorar o 25 de Novembro, e que seria porventura interessante criar uma comissão para que durante o ano 2024, fossem feitos vários eventos alusivos à efeméride.

Só que nem 1º de Maio nem 25 de Novembro, e pelo que sabemos ainda não foi anunciado nenhum evento para os cinquentenário de uma das mais importantes datas da Democracia, que se não existisse, poucos de nós estaríamos aqui a contribuir para um Concelho melhor.

Pretende o Município festejar a efeméride? Em que moldes?

Lemos no plano de actividades da CMT, que estavam em curso trabalhos em articulação com as Juntas de Freguesias no sentido de, no mais curto espaço de tempo, aprovar a toponímia das freguesias. Mesmo se defendemos a Democracia representativa, não seria de bom-tom, alargar o debate a todos os cidadãos das respectivas Freguesias?

No mês de Outubro fizemos chegar às mãos da Senhora Presidente, uma nota sobre boas práticas utilizadas por outros municípios, relativamente à discussão pública do Orçamento municipal e eventual orçamento participativo. Visto que todos nos queixamos da falta de participação cívica, quando é que o Município de Tondela integra estas boas práticas, para o reforço da Democracia participativa?

Por iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi criado um grupo de trabalho para preparar o Parlamento Jovem em Tondela, que reuniu no dia 23 de Maio de 2022. Foram apontadas várias linhas de orientação, mas segundo o nosso conhecimento, não houve mais nenhuma actividade ou iniciativa. Todos conhecemos os múltiplos afazeres do Senhor Presidente da AM, mas permitimo-nos sugerir que em caso de impedimento ou sobrecarga de trabalho pudesse delegar, de forma a dar continuidade a tão útil iniciativa. Será que em 2024, podemos contar com alguma actividade?

Aproveito para felicitar o Município pela apresentação da candidatura da loiça preta de Molelos e das Festas das Cruzes a Património imaterial da Humanidade da UNESCO, que esperamos venham a ser aprovadas, pois certamente enriquecerão o património legado.

Pena é que o mesmo não tivesse sido feito no passado com a Cestaria de Nandufe, pois mesmo perante um abaixo-assinado de milhares de tondelenses, que deu lugar a várias reportagens, inclusive televisivas, onde os autarcas à época, prometeram tudo fazer, mas que foi completamente esquecido.

Aproveitamos para desejar Festas Felizes para todos, e que 2024 nos traga paz e harmonia, mas também mais prosperidade à nossa terra .

Tondela, 14 de dezembro de 2023

José António Coimbra de Matos

Os deputados municipais do Partido Socialista

Assembleia Municipal 14 dezembro 2023

Freguesia de Santiago de Besteiros / Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Litrela

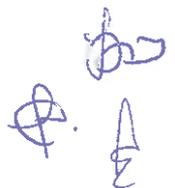
Boa tarde a todos,

Cumprimentos,

Neste ponto da ordem do dia, permitam-me que em nome da bancada do PSD, justifiquemos o nosso sentido de voto, que desde já reitero que será a favor, ou seja, o atual executivo municipal, liderado pelo PSD, tem o apoio e o conforto político em poder continuar o caminho de crescimento e rejuvenescimento que as pessoas do nosso concelho assim o exigem.

Certo de que os tempos que hoje vivemos, após uma crise sanitária, que foi a COVID-19, como também a atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia, trazem aos municípios, implicações de natureza financeira, como é o caso da inflação dos produtos, exigindo assim um maior esforço financeiro, que muitas das vezes se traduz em revisões de preços ordinárias e extraordinárias, é certo também que só Municípios com algum estofa financeiro conseguem suportar estes custos acrescidos, como é o caso do Município de Tondela, que inclusive teve de suportar algumas revisões de preços em diversas obras, entre elas a frente ribeirinha, centro tecnológico, redes de águas e saneamento da vila do caramulo...entre muitas outras.. de forma a que as mesmas se pudessem concluir. Não esqueçamos, que seja ela uma obra financiada ou não por fundos europeus, todas estes aumentos de custos terão sempre de ser suportados por capitais próprios e isso mexe com as previsões orçamentais, traduzindo-se num maior esforço financeiro, muitas das vezes não contemplado nos orçamentos.

Após uma análise às Grandes Opções do plano e Orçamento para 2024, podemos concluir que este é de facto um orçamento a que chamamos de "orçamento de proximidade", por uma simples razão, logo desde a forma como foi construído, em que foram ouvidos todos os Srs. Presidentes de juntas e uniões de freguesia e toda a oposição , podendo todos estes darem os seus contributos e ideias, como também graças a este trabalho de prospeção, que permitiu espelhar neste mesmo orçamento algumas intervenções de fundo nas freguesias, de forma equitativa, podendo alcançar assim metas bem claras que impliquem a melhoria da qualidade de vida de todos os que cá vivem mas também dos que possam passar por cá, e assim levem uma imagem de um concelho digno e bom para se viver.



Já é claro, ao longo de todo este tempo, o que o Partido Social Democrata pensa para o concelho de Tondela, hoje temos um concelho em constante crescimento e desenvolvimento, graças aos modelos de atração de investimento que por sua vez criaram centenas de postos de trabalho, mas também temos a noção que neste momento, estamos a sentir as “dores do crescimento” e para isso temos de ter a capacidade de olharmos para novas ideias e novas políticas.

Essas mesmas “dores de crescimento”, como referi, necessitam de uma intervenção, que por vezes não tem efeitos imediatos, mas carece de algum tempo para que se alcancem os resultados pretendidos. E nesse sentido, vemos espelhado nestas Grandes opções do Plano e Orçamento para 2024, 3 eixos principais que a curto médio prazo, achamos importantes para atenuar estas tais “dores de crescimento”:

Em primeiro, está claro que este é um orçamento de proximidade, um orçamento que detalhe pequenas, médias e grandes intervenções nas 19 freguesias do nosso concelho, assumindo assim o município um papel determinante no apoio económico à sua execução. Em segundo, um orçamento preocupado com o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, apresentando o projeto 16.9, já aqui detalhado pela Sra. presidente, Em terceiro, um orçamento virado para a urgente necessidade de colmatar a falta de habitação no nosso concelho, através da implementação da ELH, e aqui Sra. Presidente, as Cims, em parceria com o IHRU, tem programas específicos neste âmbito, aproveitamos para questionar se o Município de Tondela também é parte integrante?

Destacamos estes três eixos de ação, no qual verificamos que se incluem intervenções com financiamento aprovado pelo PRR, como é o caso da instalação de novos espaços de cidadão em diversas freguesias, da intervenção no centro de saúde de Tondela, hoje designado de USF Tondela, na implementação da ELH no concelho, mas grande parte das que aqui se encontram detalhadas neste orçamento, apenas poderão ser concretizadas através de capitais próprios, mas isto não impede que não estejamos preparados, com os projetos em carteira, para os podermos submeter assim que haja possibilidade de candidaturas a fundos comunitários, previstos no novo quadro comunitário 20-30.

Sra. Presidente, o nosso voto é de confiança, sabendo de antemão que este orçamento trás a si e aos seus vereadores, uma enorme responsabilidade e compromisso para com as pessoas, confiamos no trabalho que tem pela frente e pedimos que cumpra com as metas estabelecidas, podendo assim dar o melhor em prol do nosso concelho.

Guilherme Duarte





PS

Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

Declaração de intenção de voto contra

Proposta de alteração dos Estatutos da AINTAR

Os membros do Grupo do PS da Assembleia Municipal declaram que votarão contra a proposta de Estatutos da AINTAR que nos foi presente, mesmo concordando com a sua criação na figura de Associação de Municípios com Finalidades Específicas, que desde o início do processo sempre manifestámos ser a nossa preferência em relação à de empresa intermunicipal EIMAR inicialmente proposta. Sem querermos ser exaustivos as razões essenciais desta intenção de voto contra, se não houver alterações, são as seguintes:

1. Os Estatutos que nos são propostos manifestam claramente, como infelizmente vem acontecendo pelo País fora, uma "executivização" ou pseudo-empresarialização das decisões de políticas municipais, que restringe a participação alargada dos eleitos, nomeadamente aos das Assembleias Municipais, na elaboração e aprovação dessas políticas, que podem ter grande impacto estratégico para cada município. Além disso, os Estatutos propostos, parecem ser do "tipo chapa 7", não tendo sido adequados em termos de redacção às características da Associação no que diz respeito a dimensão e número de associados.
2. São exemplo disso algumas contradições entre competências da Assembleia Intermunicipal e Direcção e dos seus membros, face ao seu número e funções inerentes, como facilmente se identifica, a título de exemplo, ao longo das páginas 14 e 15 do texto. A título de exemplo referimos a contradição da disposição que determinam que os Presidentes de Câmara são membros por inerência da Direcção e a da competência da Assembleia Intermunicipal, que nem sequer é constituída por Presidentes de Câmara, poder demitir membros Direcção Presidentes de Câmara. Para além de pareceres jurídicos bem pagos talvez ouvir a opinião do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que como membro do Governo teve participação na elaboração da Lei nº 75/2013, onde figura o enquadramento das Comunidades Intermunicipais, também Associações de Municípios, que mesmo sendo uma meia trapalhada, tem um desenho institucional bem mais equilibrado.
3. Os estatutos que aqui foram apresentados afastam claramente as Assembleias Municipais de qualquer possibilidade real de fiscalizar a fixação dos tarifários dos serviços a prestar. Sendo uma competência indelegável do coletivo das CM's a fixação das tarifas dos serviços a respectiva Assembleia Municipal pode pedir responsabilidades políticas à CM, o que deixa de ter significado se a referida competência passa para a Assembleia Intermunicipal da Associação, o que segundo os sucessivos pareceres da ERSAR no processo desde o início é considerado ilegal.
4. Os Estatutos entregam à Assembleia Intermunicipal da Associação decisões como a extinção ou liquidação da entidade e as referentes à admissão ou exclusão de associados. Tal não se compreende uma vez que as Assembleias Municipais é que decidem sobre a constituição da entidade, o que logicamente deveria fazer com que fossem elas a decidir sobre esses casos.
5. A ERSAR pronunciou-se contra as disposições dos Estatutos propostos para a AINTAR que atribuem à Assembleia Intermunicipal a competência para fixar as tarifas dos serviços, ou reduzir as tarifas até 20%, por as considerar contrárias às

disposições das Leis 73/2013 e 75/2013 que a consideram competência indelegável da Câmara Municipal e não do Presidente de Câmara.

6. O relatório de fundamentação que sustentava os primeiros Estatutos, em 2020, invocava o Dec-Lei 194/2009 para justificar essa atribuição à Assembleia da Associação com o facto de administração dos serviços ser directa. Porém, o Dec-Lei não traz qualquer previsão para isso, ao contrário das situações de administração delegada. Mas o Dec-lei 194/2009, no seu artº 11º, nº 4, alínea a), também atribui à ERSAR a competência para ***“Emitir recomendações gerais relativas à interpretação e à forma de implementação do presente decreto-lei”***, pelo que sem querermos assumir a posição de especialistas jurídicos, nos parece que as disposições estatutárias referidas ferirão de ilegalidade os estatutos. E isso não podemos sancionar. Caberá aqui dizer à Sra. Presidente da Câmara, que pediu aos vereadores do PS na reunião de Câmara em que esta proposta foi discutida um parecer que fundamentasse a presunção de ilegalidade, que os pareceres da ERSAR estão na Câmara desde o final de 2019, e por isso mesmo aqui lhe deixo cópia do ofício que remeteu o último para facilitar a busca.
7. A atribuição da competência de fixação dos tarifários à Assembleia Intermunicipal da AINTAR aumenta muito o risco de que os municípios possam vir a ser muito mais facilmente confrontados com significativos aumentos nos tarifários de serviços. Os municípios de Tondela já tiveram, infelizmente, a experiência dos grandes aumentos dos tarifários da água quando o serviço das Águas do Planalto foi concessionado sem consulta às Assembleias Municipais. Estas e as Câmaras Municipais deixaram de intervir directamente na fixação dos mesmos e aconteceram os grandes aumentos referidos, que levaram a que paguemos a terceira água mais cara do País. Agora, ainda nesta fase de transição, os nossos municípios já foram confrontados com a brutal subida de custos de despejo das fossas sépticas que servem as suas habitações onde não há rede de saneamento;
8. Os Estatutos não preveem expressamente que a AINTAR só possa delegar a Administração dos Serviços da AINTAR noutra entidade mediante prévia aprovação de proposta nesse sentido aprovada nas Assembleias Municipais dos Municípios associados. Consideramos essa condição absolutamente necessária para minimizar a possibilidade de ocorrência de situações como as referidas no número anterior.
9. A AINTAR é uma Associação com estatuto de entidade pública, gerindo fundos que são de todos nós, sendo assim parte da Administração Pública Local. Por isso entendemos que o recrutamento deve ser transparente, devendo ser feito de forma aberta com processo de candidaturas enquadradas num perfil previamente definido, sem prejuízo da necessidade de estabelecer uma relação de confiança entre Direcção Política dos Presidentes de Câmara e quem faz a Gestão Técnica e Administração corrente, o Secretário Executivo e o também designado Secretário da Direcção. No caso deste último não se percebe bem que funções vai ter, se de mero Secretariado administrativo de apoio, se de uma espécie de adjunto do Secretário Executivo. Ficaria assim afastada a imagem de criação de “Mais um lugar a pedido”, que tanto penaliza a Administração Autárquica aos olhos do cidadão e favorece os populismos. Ora tal não acontece o que é mais uma razão que nos levará a votar contra se tal não for corrigido.

Tondela, 14 de Dezembro de 2023

Pelo Grupo do PS

Rui Santos

